



FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

ESTUDO DE CUSTO-ALUNO NAS ESCOLAS PARTICULARES DE
1º E 2º GRAUS DA GRANDE SÃO PAULO

Vitor Henrique Paro

São Paulo, dezembro de 1985



COORDENADOR

Vitor Henrique Paro

ASSESSORIA

Bernardete A. Gatti (Delineamento da Amostra)

José Salim Arbid Mitauy (Finanças)

Mirian Bizzocchi (Processamento de Dados)

AUXILIAR DE PESQUISA

Marcia Regina Rodrigues

TRABALHO DE CAMPO

Marcia Regina Rodrigues

Sandra Maria Lapeiz



ÍNDICE

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	4
2. OS COMPONENTES DO CUSTO EDUCACIONAL	7
2.1. Despesas de Capital	8
2.2. Despesas Correntes	11
2.2.1. Despesas de pessoal	11
2.2.2. Despesas de consumo	12
2.2.3. Despesas financeiras	13
2.2.4. Encargos gerais	14
2.3. Despesas Sociais	14
3. CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA	16
4. COLETA DE DADOS	21
5. CÁLCULO DO CUSTO-ALUNO	25
5.1. Custo do Capital	25
5.1.1. Terreno e prédio escolar	25
5.1.2. Equipamentos	32
5.2. Despesas Correntes	35
5.2.1. Despesas de pessoal	35
5.2.2. Despesas de consumo, despesas financeiras e encargos gerais	37
6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	38
6.1. Situação Discente	38
6.2. Custo-Aluno/Ano na Grande São Paulo	43
6.3. As Receitas da Escola	50
6.4. O Custo-Aluno/Ano de Acordo com Grupamentos Determinados de Escolas	57



	Pág.
6.4.1. O custo-aluno segundo o tipo de escolas.....	57
6.4.2. O custo-aluno segundo as regiões	61
6.4.3. O custo-aluno segundo o número de turnos da escola..	64
6.4.4. O custo-aluno segundo o tamanho da escola	67
6.4.5. O custo-aluno/ano do ensino privado e do ensino público	70

ANEXOS

1. Relação de Escolas da Amostra	71
2. Instrumento de Pesquisa 01	73
3. Guia para o Preenchimento do Instrumento da Pesquisa 01	96
4. Carta às Escolas da Amostra, Enviada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo	98
5. Carta às Escolas da Amostra, Enviada pela Coordenação do Projeto de Pesquisa	100



1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório contém os resultados de pesquisa realizada no seio do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, com o fim de identificar o custo-aluno/ano na rede particular de ensino de 1º e 2º graus, na Região Metropolitana da Grande São Paulo, tendo sido financiada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo.

Com as devidas adaptações para a realidade do ensino privado, foi seguida a mesma metodologia utilizada no estudo de custo-aluno que realizamos na rede pública de ensino e cujos resultados foram publicados em: PARO, Vitor Henrique. O Custo do Ensino Público no Estado de São Paulo: estudo de custo-aluno na rede estadual de 1º e 2º graus. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (43):3-29, nov. 1982. Por isso, sempre que couber, transcreveremos considerações feitas naquele trabalho, bem como em outro que realizamos*, utilizando a mesma metodologia, dispensando-nos, para simplificar, da utilização de aspas.

A análise de custos educacionais é algo relativamente recente, não contando, ainda, com um conjunto de critérios solidamente estabelecidos para sua execução. Por isso, cada nova pesquisa no campo reveste-se de particular importância no que se refere à metodologia

* PARO, Vitor Henrique. Estudo de custo-aluno do Sistema de Ensino de Tucuruí. São Paulo, FCC, 1983. Mimeografado.



utilizada, podendo, cada nova experiência representar progressos na direção do estabelecimento de um conjunto de métodos mais seguros e mais adequados ao estudo dos dispêndios com o ensino. Grande parte desses métodos tem sido importada da indústria e de outros setores, onde a experiência de custos já está mais desenvolvida e onde a própria natureza dos fenômenos a serem medidos permite obter praticamente total exatidão e segurança no cálculo de custos. Todavia, a natureza do produto educacional e a complexidade do processo pelo qual ele é produzido colocam sérias restrições a uma transposição pura e simples de tais métodos ao campo do ensino. Em vista dessas considerações, embora procurando selecionar e fazer uso dos métodos e práticas até aqui utilizados em outros estudos de custo educacional, nosso procedimento no desenvolvimento do presente trabalho foi o de nos mantermos suficientemente flexíveis no que diz respeito a sua metodologia, permanecendo alerta quanto à conveniência e necessidade de incorporar novos procedimentos, e procurando, sempre que possível, criar novas alternativas de trabalho que pudessem dar maior riqueza e maior rigor à análise.

Embora não se possa exigir, na análise dos dispêndios com o ensino, a mesma precisão de cálculos presente em trabalhos de custos relacionados à produção material, isto não invalida o esforço que deve ser feito no sentido de buscar o maior número possível de informações na área. Quando não se tem outra alternativa senão trabalhar com dados aproximados, trata-se muito mais de se saber utilizar convenientemente as informações que se dispõem — tirando delas o máximo que podem oferecer, no intervalo de segurança que as aproximações realizadas permitem — do que agir ao acaso, sob pretexto de não se possuir dados exatos sobre o assunto. A escassez de informações a respeito de quanto e como se está gastando com o ensino é tão significativa que



qualquer nova contribuição nesta área, por mais modesta que possa parecer, acaba por se revelar de utilidade muito grande na tomada de decisões com respeito à distribuição e racionalidade na utilização dos recursos em educação. Por isso, um dos princípios que norteou o desenvolvimento desta pesquisa foi o de que é preferível contar com alguns dados, mesmo sem a sofisticação possível em outras áreas, do que não contar com dado nenhum para a tomada de decisões.



2. OS COMPONENTES DO CUSTO EDUCACIONAL

No sistema público de ensino, é praticamente impossível estimar com razoável precisão os gastos do ensino despendidos com a chamada "administração do sistema", quer devido à magnitude e complexidade de tal administração, quer mesmo por problemas de ordem política que dificultam o acesso a grande parcela dos dados necessários. Em vista disso, o trabalho de custo-aluno na rede pública, por nós realizado, não se referiu à totalidade dos dispêndios arcados pelo estado com a educação, já que não considerou as despesas efetuadas pelo poder público em outros órgãos ou repartições que não a unidade escolar.

Na rede particular, embora as dificuldades não deixem de estar presentes, o problema se simplifica enormemente. Na grande maioria dos casos, a "administração do sistema" se reduz à administração de uma única unidade escolar; nos demais casos ela se refere a um número de escolas extremamente reduzido quando comparado com a extensão do sistema público. Por isso, foi possível, na presente pesquisa, levar em conta a totalidade dos gastos despendidos pelas mantenedoras do ensino privado. O estudo não inclui, entretanto, as despesas arcadas diretamente pelas famílias, como uniforme, transporte, material escolar etc.

Fixando o ano como a unidade de tempo mais adequada para a análise a ser feita, e considerando o aluno educado como o produto do



ensino escolar e em função do qual são realizadas as despesas, a presente pesquisa buscou determinar, portanto, o custo-aluno/ano nas unidades escolares da rede particular de 1º e 2º graus.

Na escola, encontramos, a rigor, dois tipos de despesas: despesas de capital e despesas correntes. Buscando, porém, uma análise mais rica dos custos da escola, decidimos, como já fizéramos em ocasiões anteriores, agrupar certas despesas — que são, em primeiro lugar, ou de capital ou correntes — numa terceira rubrica: as despesas sociais. Apresentamos, a seguir, essas três rubricas com maiores detalhes.

2.1. Despesas de Capital

As despesas de capital são aquelas efetuadas com bens duráveis, ou bens de capital, ou seja, aqueles bens que ou não se desgastam com o uso ou só se desgastam num período relativamente longo. Os três elementos que compõem as despesas de capital na escola são: o terreno, o prédio escolar e os equipamentos. O fato de esses bens se desgastarem, ou serem "consumidos" num período relativamente longo, geralmente mais de cinco ou dez anos, coloca a necessidade de se verificar qual a parte que foi consumida em um ano, já que é esta a unidade de tempo para o cálculo do custo-aluno.

Isso nos leva à discussão dos componentes do custo do capital. Um desses componentes é a depreciação. Se compramos hoje um determinado bem durável que, após certo tempo de uso contínuo, se torna impróprio para o uso, em virtude quer de seu desgaste quer de sua obsolescência, seu custo anual será o resultado da divisão de seu valor total por sua vida útil, ou seja, pelo número de anos que esteve em uso.



Entende-se, pois, por depreciação, esta proporção do valor do bem durável que imputamos como seu custo a cada ano. Um equipamento, por exemplo, cuja vida útil seja de cinco anos, terá uma taxa de depreciação de vinte por cento ao ano.

Nos casos em que o bem de capital é alugado, supõe-se que o valor da depreciação, além do lucro do locador, já esteja incluído no preço do aluguel, sendo este, portanto, o valor considerado para efeito de composição do custo do capital.

A vida útil de determinado bem de capital pode, todavia, ser prolongada a partir dos cuidados que recebe. Estes cuidados implicam, via de regra, em gastos adicionais. Eis, pois, o segundo componente do custo do capital: aquelas despesas que se fazem para manter o bem durável em adequado estado de uso, prolongando, com isso, sua vida útil — as despesas de manutenção. Estas despesas adicionam, na verdade, valor ao bem durável e devem, por isso, ser computadas como custo de capital. É bom reter bem esta característica das despesas de manutenção para diferenciá-las das despesas de consumo que não adicionam nenhum valor ao bem de capital.

A literatura de custos registra, ainda, um terceiro componente do custo do capital: o custo de oportunidade. Este consistiria no quanto se deixa de ganhar por empatar dinheiro em determinado bem ou empreendimento — embora os trabalhos de custo-aluno costumem restringir-se aos bens duráveis — em lugar de aplicá-lo no melhor negócio da praça. Se gastamos determinada quantia na compra de um terreno para construção de uma escola, por exemplo, e sabemos que a suposta aplicação desta quantia no melhor negócio nos renderia, digamos, dez por cento ao ano a mais, dizemos, então, que estamos deixando de ganhar estes dez por cento ao ano, constituindo isso um custo que devemos adicionar aos demais.



O custo de oportunidade, como um dos componentes do custo real, nos parece, em especial quando se trata de custo educacional, uma entidade fantasmagórica. Isto porque não se trata, na realidade, de um custo, mas de um simples parâmetro para a tomada de decisão com relação a aplicações alternativas de recursos. Não há dúvida nenhuma de que, em especial numa economia de mercado, este parâmetro se revista de uma importância muito grande, sendo muito comum, e plenamente justificável, sua utilização pelos aplicadores privados na opção por este ou aquele investimento mais rendoso. Não se trata, todavia, de um custo, já que não possui um correspondente real. Em primeiro lugar, porque, quando dizemos que o dinheiro empatado teria um custo alternativo, estamos supondo que, alternativamente, este dinheiro poderia produzir um valor (do qual estamos abrindo mão), o que não é correto. Esta maneira de pensar comete o erro de emprestar ao dinheiro (capital) um poder mágico de produzir valor, o que é falso já que só o trabalho humano pode fazê-lo. Além disso, mesmo que o dinheiro empatado tivesse esta miraculosa propriedade de produzir valor, seria, no caso, um valor hipotético que, por isso, não pode ser relacionado a um custo real.

Em vista dessas considerações, não incluiremos nesta análise nenhum custo de oportunidade como componente do custo do capital. O que não impede, é claro, que, conhecido o custo real do ensino na unidade escolar — e aí não vemos por que razão pensar apenas em termos de custo de capital, como se costuma fazer em custos educacionais, e não do custo total —, se especule em termos das outras alternativas de aplicação para os recursos destinados ao ensino.

Dos elementos do custo do capital, o terreno é considerado, teoricamente, como possuindo vida útil infinita, não se lhe imputando nenhuma depreciação. Entretanto, quando a entidade mantenedora paga



aluguel pelo uso do imóvel escolar, há uma parte desse aluguel que de veria, a rigor, ser considerada como se referindo ao valor do terreno. Todavia, é praticamente impossível, na maioria dos casos, destacar esta parcela dos gastos totais com o imóvel. Também em termos de manutenção, só se consideram os gastos com o prédio, sendo considerado nulo o custo de manutenção do terreno.

Os equipamentos, visando a dar maior riqueza à análise dos custos, foram agrupados em 5 rubricas, de acordo com sua função e uso no interior da unidade escolar, a saber: equipamentos em geral, incluindo móveis, utensílios e aparelhos de uso geral; material didático permanente; equipamentos de laboratório; equipamentos de oficina e equipamentos destinados às "despesas sociais" (v. item 2.3).

2.2. Despesas Correntes

Sob esta rubrica foram considerados quatro grupos de despesas: despesas de pessoal, despesas de consumo, despesas financeiras e encargos gerais da escola.

2.2.1. Despesas de pessoal

De modo geral, as pesquisas de custo do ensino, tanto no Brasil quanto em outros países, têm comprovado que a maior proporção das despesas com o ensino se refere ao pessoal escolar. Este fato mostra a importância dessa rubrica e a necessidade da maior atenção possível na sua análise. Um erro aí pode comprometer grandemente o cálculo global dos custos do ensino. Para facilitar a análise, procuramos identificar cinco grupos de pessoal: pessoal docente em exercício, pessoal



em função técnico-pedagógica, pessoal em função administrativa, pessoal no atendimento "social" (v. item 2.3) e pessoal afastado.

As despesas com pessoal docente em exercício se referem a pessoas que efetivamente estejam exercendo o magistério na escola. Não basta ser professor para ter seus gastos incluídos nessa rubrica. É preciso, acima de tudo, que esteja exercendo, na escola, a função docente.

Consideramos como pessoal em função técnico-pedagógica todos aqueles que, na unidade escolar, trabalham ligados ao processo de ensino nas funções de supervisão, orientação ou coordenação desse processo, sem, todavia, estar ministrando aulas. Assim, estão aí incluídos o orientador educacional, o coordenador pedagógico, o psicólogo.

O pessoal em função administrativa pode dividir-se em dois grupos: cargos gerais, onde se incluem o diretor, o auxiliar de administração e todo o pessoal da burocracia da escola: secretário, datilógrafos etc.; e funções subalternas, onde estão incluídos os porteiros, auxiliares, inspetores de alunos, faxineiros, serventes, zeladores, guardas etc. Como veremos mais adiante, houve dificuldades, na presente pesquisa, de se distinguirem nitidamente esses dois grupos.

Sob a rubrica de pessoal no atendimento "social" foram considerados os gastos com as pessoas ligadas à assistência médica e ao transporte de estudantes, como se verá no item 2.3.

Os gastos efetuados para pagamento de pessoal inativo, durante seu período de afastamento das atividades escolares foi incluído como despesas de pessoal afastado.

2.2.2. Despesas de consumo

As despesas de consumo foram agrupadas em cinco títulos: consumo em geral; serviços de utilidade pública; consumo de material



didático; consumo no atendimento social e outros gastos de consumo.

As despesas de consumo com material didático se referem aos gastos com material didático especial utilizado pelos alunos, bem como lápis, cadernos, borracha etc., desde que fornecidos pela escola. Essas despesas se referem, obviamente, a material didático imediatamente consumido no processo pedagógico escolar, já que o material didático mais "durável" foi considerado como despesas de capital, na rubrica de equipamentos. Estão excluídos dessa rubrica também os materiais escolares de operação normal da escola como giz, apagadores etc., os quais foram considerados como material de consumo em geral.

Em serviços de utilidade pública foram considerados os gastos com água, esgoto, eletricidade, gás, telefone etc.

Os gastos incluídos como despesas de consumo referentes ao atendimento "social" foram os despendidos com alimentação, assistência médica, assistência odontológica, uniforme e transporte.

Como despesas de consumo em geral foram computadas as despesas com material de limpeza e conservação, serviços de terceiros e materiais para pequenos consertos, material escolar de consumo usual, como giz, apagador etc., enfim, todos os gastos usuais de consumo imediato da escola que não foram incluídos nas demais rubricas de consumo.

Finalmente, em outros gastos de consumo foram incluídas as despesas com publicidade e com doações.

2.2.3. Despesas financeiras

Sob este título foram incluídas as despesas com juros e outros encargos advindos de empréstimos contraídos pela Escola e pagos durante o ano de 1984.



2.2.4. Encargos Gerais

Excluem-se dessa rubrica tanto os encargos trabalhistas, já considerados nas despesas com pessoal, quanto os impostos e taxas relativos ao imóvel escolar. Incluem-se, todavia, todos os demais encargos não considerados nas demais rubricas, como: CADAM, Licença de Funcionamento, ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), Contribuição ao Sindicato Patronal, Imposto de Renda, Finsocial etc.

2.3. Despesas Sociais

O objetivo específico da escola, em função do qual ela existe, acima de tudo, é o provimento de ensino às pessoas. Para realizar este objetivo, entretanto, ela se vê obrigada a exercer outras funções que não são especificamente educacionais, como o provimento de alimentação, assistência médica, assistência odontológica etc. Em vista disso, a análise dos custos da escola ganha maior riqueza se agruparmos, sob uma nova rubrica – que, por falta de melhor nome, chamamos de "despesas sociais" – os gastos tanto corrente quanto de capital, efetuados para atender a essas atividades de apoio à função propriamente educativa da escola. No ensino público, essas despesas são realizadas em decorrência da própria carência da população, assumindo proporções bastante significativas do custo-aluno. No ensino privado, entretanto, esses gastos não são determinados pela carência da população, mas por razões de ordem organizacional ou de economia interna da escola em seu relacionamento com a clientela, como é o caso das cantinas escolares, do fornecimento de uniformes etc. Por outro lado, a magnitude e a generalização dessas despesas não alcançam, aí, as grandes dimensões verificadas na escola pública. A este respeito, tam



bém a forma de apresentação dos resultados do custo do ensino privado será diversa da utilizada na análise do ensino público. No trabalho de custo realizado com as escolas da rede pública, as "despesas sociais" apareceram como uma terceira rubrica de custos, destacada das outras duas. Na presente pesquisa, decidimos, embora mantendo a discriminação das despesas relacionadas ao atendimento "social", distribuí-las em seus respectivos agrupamentos de gastos, no interior das duas grandes rubricas de "despesas correntes" e "despesas de capital". Assim é que temos, relacionados ao atendimento "social", os gastos com equipamento, dentro da rubrica "despesas de capital", e os gastos com pessoal e de consumo, dentro da rubrica "despesas correntes".



3. CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA*

Para o estabelecimento desta amostra tentamos construir subconjuntos de escolas, com uma certa tipificação, quanto aos níveis de ensino oferecidos, número de turnos, número de turmas e região. Com as informações constantes do documento SEESP-ATPCE-CIE, Rede Particular de Ensino - Estabelecimentos de 1ª e 2ª Graus (1983) corrigidas por dados obtidos diretamente no CIE para atualização do cadastro, foi montado um rol das escolas em computador, codificando as variáveis: a) região - Capital e São Paulo-Exterior; b) níveis de ensino: de pré a 2ª grau e supletivos; c) número de turnos: 1, 2 e 3; d) número de turmas. Feito um estudo da distribuição de frequência de cada variável, em função da região, e de suas combinações, chegou-se a uma estruturação dos níveis de ensino das escolas primeiro em dois subgrupos densos, um com a presença de pré-escolas, outro sem a presença de pré-escolas, os quais foram subdivididos cada um em mais dois subgrupos; o primeiro de composição sem supletivo, e o segundo com supletivo. Esta estruturação foi feita em combinação com o número de turnos e o número de turmas, estes distribuídos em três grupos: até 20 turmas, de 21 a 60, 61 e mais turmas. Foi necessário introdu-

* O presente Capítulo foi redigido por Bernardete Angelina Gatti, do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, responsável pela execução de todo o trabalho de delineamento amostral, a quem muito agradecemos.



zir um fator de correção antes da definição final da amostra pelo número elevado de pré-escolas isoladas face ao conjunto dos outros níveis. A influência dessa representatividade no cálculo do custo-médio seria grande, distorcendo estimativas de custo, dado seu peso no conjunto. Foi feito um levantamento amostral casual da anuidade/85 das diferentes combinações de escolas, antes de agrupá-las por tipo, e este elemento mostrou nas pré-escolas uma homogeneidade muito superior à dos demais níveis. Constituiu-se então um fator de ponderação que permitiu compor as pré-escolas isoladas no subconjunto de escolas que denominamos tipo 1. O fator de variação das anuidades por modalidade de escola encontrada na rede privada (exemplo: só pré; pré até 1º grau completo; pré até 2º grau completo; 1º e 2º graus; pré-1º-2º graus e supletivo etc., compondo 14 modalidades básicas com certa frequência) passou a ser um elemento considerado para definição final dos quatro subgrupos de escolas (tipos) que passaram a compor nossos estratos. A maior variabilidade de anuidades estava associada às escolas de 1º grau e de 2º grau; assim, na composição com pré e supletivo introduzia um fator de estabilização, no geral, e de diferenciação nos subconjuntos.

Dessa forma, os quatro subgrupos de escolas (tipos) com os quais passamos a trabalhar foram:

Tipo 1 - Pré; Pré + 1ª até 4ª; Pré + 1ª até 8ª

Tipo 2 - Pré + 1º e 2º Graus; Pré + 1º Grau + Supletivo; Pré + 1º + 2º Grau + Supletivo

Tipo 3 - 1º e 2º Graus; 1º Grau (só até 4ª); 1º Grau (até 8ª); 5ª a 8ª + 2º Grau

Tipo 4 - 1º e 2º Graus + Supletivo; 2º Grau; 2º Grau + Supletivo



Com isto verificou-se que a amostra para a Grande São Paulo poderia ficar entre 29 e 35 escolas. Acabou-se por fixar em 32 o número delas, a partir de sua proporcionalidade por tipo X turmas X turnos X região.

Nas tabelas que seguem observam-se estas proporções em relação ao total. No canto superior direito da casela é a proporção na amostra. No canto inferior direito é no universo de escolas consideradas.

Há uma observação a fazer quanto a uma das escolas pesquisadas dentro do subconjunto de tipo 3. Esta escola constava como não possuindo turmas de pré-escola, no entanto, quando do levantamento de dados verificou-se que ela estava começando com o pré, estando em funcionamento uma turma. Dado que neste grupo a dificuldade de coleta foi grande e havia-se esgotado a lista de substituições, retivemos esta escola no grupo a partir da consideração de que somente há um ano o pré começara e somente com uma turma, o que não chegava a descaracterizá-la face às demais do subconjunto.

TABELA 3.1
REGIÃO x TIPO DE ESCOLA

REGIÃO \ TIPO	1	2	3	4	TOTAL
Capital	8 25 36	5 16 12	3 9 5	4 13 6	20 62 58
São Paulo-Exterior	5 16 20	1 3 1	2 6 5	4 13 16	12 38 42
TOTAL	13 41 37	6 19 24	5 16 20	8 25 19	32



TABELA 3.2

REGIÃO x NÚMERO DE TURNOS

REGIÃO \ TURNOS	1	2	3	TOTAL
Capital	—	15 ⁴⁷ ₄₁	5 ¹⁶ ₁₇	20 ⁶² ₅₈
São Paulo-Exterior	2 ⁶ ₄	9 ²⁸ ₃₄	1 ³ ₄	12 ³⁸ ₄₂
TOTAL	2	24	6	32

TABELA 3.3

NÚMERO DE TURMAS x TIPO DE ESCOLA

Nº TURMAS \ TIPOS	1	2	3	4	TOTAL
Até 20	11 ³⁴ ₃₁	0 ⁰ ₅	4 ¹² ₁₇	2 ⁶ ₈	17 ⁵⁹ ₆₁
21 a 60	2 ⁶ ₅	4 ¹² ₁₆	0 ⁰ ₂	6 ¹⁹ ₄	12 ³⁸ ₂₇
61 e +	0 ⁰ ₁	2 ⁶ ₃	1 ³ ₁	0 ⁰ ₇	3 ⁹ ₁₂
TOTAL	13 ⁴¹ ₃₇	6 ¹⁹ ₂₄	5 ¹⁶ ₂₀	8 ²⁵ ₁₉	32

TABELA 3.4

NÚMERO DE TURNOS x TIPO DE ESCOLA

Nº TURNOS \ TIPOS	1	2	3	4	TOTAL
1	—	—	—	2	2
2	13	2	5	4	24
3	—	4	—	2	6
TOTAL	13	6	5	8	32



OBSERVAÇÃO:

Apresentamos, no Anexo 1, a relação das escolas componentes da amostra, agrupadas por nível de ensino e por DRE a que pertencem.

Com vistas a manter o sigilo das informações coletadas nas unidades escolares, atribuímos um número a cada uma das escolas, o qual será utilizado em lugar do nome da escola a que se refere.

(V.H.P.)



4. COLETA DE DADOS

A coleta de dados primários nas escolas da amostra foi realizada através da utilização do Instrumento de Pesquisa 01, apresentada no Anexo 2. Esse Instrumento de Pesquisa foi confeccionado com base no que foi utilizado no "Estudo de Custo-Aluno do Sistema de Ensino de Tucuruí", com os aperfeiçoamentos e adaptações requeridos pela nova realidade pesquisada. Para se chegar a esses aperfeiçoamentos e adaptações, foram realizadas reuniões com diretores de escolas particulares que forneceram importantes subsídios a respeito da realidade de ensino a que estavam ligados*. Além disso, antes da versão definitiva, foram feitos pré-testes do Instrumento em escolas não pertencentes à amostra, com a finalidade de avaliar sua aplicabilidade e eficiência na obtenção dos dados necessários à realização da pesquisa**.

Visando a garantir o rigor e a fidedignidade dos dados colhidos, bem como evitar a perda de informações importantes, as pessoas encarregadas de coletar os dados nas unidades escolares recebe-

* As seguintes pessoas participaram dessas reuniões, apresentando informações e críticas extremamente valiosas para o bom desenvolvimento do trabalho de pesquisa: Elias Moacyr da Costa, de "O Grupo - Associação de Escolas Particulares"; Eugênio Machado Cordaro, do Colégio Oswald de Andrade; José Roberto Cury, da Escola de Educação Infantil e 1º Grau Santo Inácio; Luiz Roberto da Silveira Costa, do Colégio Terras de São José (Itú); e Odila Maria Azevedo de Oliveira, da Escola Pacaembu.

** Agradecemos aos responsáveis pelas seguintes escolas, que permitiram a realização, aí, do pré-teste do Instrumento: Colégio Oswald de Andrade e Escola de Educação Infantil Quintalzinho.



ram, antes de irem a campo, um treinamento especial e intensivo no qual, além das noções gerais de custo, necessárias ao bom desempenho do trabalho, procurou-se fornecer todas as informações úteis ao adequado preenchimento do questionário, incluindo um "Guia Para o Preenchimento do Instrumento de Pesquisa 01" (Anexo 3), onde constam as recomendações mais importantes a respeito.

Uma das decisões tomadas com relação à obtenção dos dados nas unidades escolares foi a de só nos basearmos em informações fornecidas pela livre vontade dos entrevistados, descartando, portanto, todo tipo de pressão ou constrangimento com vista a conseguir os dados nas escolas. Essa orientação foi passada às pessoas encarregadas de coletar os dados, no sentido de que estivessem atentas para que os entrevistados não se sentissem "forçados" a dar informações que não desejassem, já que isto poderia simplesmente favorecer o fornecimento de informações em desacordo com a realidade. De um modo geral, as pessoas se sentem muito inseguras para revelarem dados a respeito das finanças que envolvem seus negócios. Sabendo disso, procuramos deixar sempre claro aos responsáveis pelas informações, a discrição, o sigilo e a impessoalidade com que os dados seriam tratados.

Com vistas a preparar a visita às escolas da amostra, foram enviadas duas cartas aos seus diretores com a finalidade de esclarecer-lhes a respeito dos propósitos da pesquisa e facilitar, assim, sua contribuição espontânea no fornecimento de informações. A primeira foi enviada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, e anunciava a realização da Pesquisa, apresentava seus propósitos e solicitava a cooperação dos diretores no sentido de fornecerem as informações que seriam solicitadas (Veja Anexo 4). A segunda carta foi enviada por nós, e comunicava a visita, em breve, de um auxiliar de pesquisa credenciado pelo Departamento de Pesquisas Educa



cionais da Fundação Carlos Chagas, e também solicitava a colaboração no fornecimento dos dados, além de garantir o sigilo e a impessoalidade no tratamento das informações (Veja Anexo 5).

Apesar dessas providências, muitas escolas, sob as mais variadas justificativas, se recusaram a participar da pesquisa. Outro fator que dificultou a coleta foi a não adequação de algumas escolas aos critérios de amostragem utilizados. Este fator ocorreu em virtude da não correspondência, em alguns casos, das informações a respeito dos níveis de ensino constantes da Lista de Escolas da Secretaria da Educação, sobre a qual se baseou o sorteio da amostra, e os níveis que a Escola realmente possuía em 1984.

Nos casos em que não se pôde conseguir os dados na escola da amostra, passou-se para a suplente correspondente; quando aconteceu de haver problemas também com a suplente, sorteou-se uma nova escola dentro daquele agrupamento, e assim sucessivamente até se conseguir uma escola que ao mesmo tempo atendesse aos critérios de amostragem e concordasse em participar da pesquisa.

Apesar das dificuldades encontradas, foi possível contar com grande riqueza de dados, muito maior do que a conseguida na pesquisa junto à rede pública estadual. Na rede pública, em virtude da centralização administrativa, a grande maioria dos gastos não são registrados na unidade escolar. O mesmo não acontece com a rede particular, na qual, por mais precário que seja, há sempre algum sistema de registro, ou na unidade mesmo, ou junto ao Contador, ao qual se pode ter acesso através da diretoria da escola.

Nem todos os dados, entretanto, puderam ser colhidos diretamente nas unidades escolares. Alguns deles, como é o caso do valor do terreno e do prédio escolar, foram buscados em outras fontes primá-



rias ou secundárias, que serão mencionadas mais adiante, quando falarmos sobre o cálculo do custo-aluno em cada uma das diferentes rubricas de custo.



5. CÁLCULO DO CUSTO-ALUNO

No presente capítulo, relataremos o processo de cálculo do custo-aluno/ano, em cada uma das rubricas do custo apresentadas no Capítulo 2.

Para a composição do custo-aluno, computamos, a preços correntes, os gastos relativos ao ano civil de 1984. Além disso, todos os valores a serem apresentados se referem a cruzeiros de 1984. Assim, quando não foi possível obter o preço de determinado item nesse ano, inflacionamos ou deflacionamos, conforme o caso, o preço obtido, de modo a reduzi-lo a preço médio de 1984, tomando, como base de cálculo, os índices econômicos da Fundação Getúlio Vargas, publicados na Revista Conjuntura Econômica, utilizando para esse fim os índices da coluna de Disponibilidade Interna do Índice Geral de Preços.

5.1. Custo do Capital

5.1.1. Terreno e prédio escolar

Como afirmamos no item 2.1, o terreno não terá seu preço incluído no custo. Interessava-nos, entretanto, saber seu valor para efeito de comparação com o valor do prédio escolar. Essa informação, todavia, não está, em geral, disponível na unidade escolar, ou porque



a escola é alugada, ou porque a Direção da escola simplesmente não dispõe da informação. O mesmo acontece com relação ao prédio escolar. Uma alternativa para se chegar ao preço tanto do terreno quanto do prédio escolar, seria a avaliação por perito profissional. Esta solução, entretanto, requereria tempo e recursos dos quais o projeto de pesquisa não dispunha. Era preciso, então, encontrar um modo mais rápido e econômico, que possibilitasse, senão, o dado exato, pelo menos a sua maior aproximação possível.

No caso do terreno, a sistemática utilizada foi a de obter junto a imobiliárias da região, o preço de venda do metro quadrado nas imediações da escola da amostra. Multiplicando este valor pela área do terreno (informação esta conseguida junto à própria escola), chegamos ao valor total do terreno. Como o valor do metro quadrado do terreno conseguido junto às imobiliárias era o de dezembro de 1984, nós o deflacionamos, pelo método apontado anteriormente, chegando ao preço médio de 1984.

Com relação ao preço do prédio, baseamo-nos nos "Custos Unitários Pini de Edificações", e no "Índice Pini de Custos da Construção Civil", publicados em A Construção, São Paulo, nº 1928, de 21 de janeiro de 1985. Assim, tomamos a média entre o preço do metro quadrado de dezembro/85 de uma Edificação Habitacional de Padrão Médio (casa) e de uma de Padrão Popular (casa), reduzindo o valor encontrado ao preço médio de 1984, através do próprio Índice Pini de Custos da Construção Civil, e chegando à importância de Cr\$ 170.247 por metro quadrado. Multiplicando essa quantia pela área construída (informação fornecida pela escola), chegamos ao preço da construção escolar.

Na Tabela 5.1 temos as áreas de terreno e de prédio, nas escolas da amostra, bem como a média das mesmas. Não é de estranhar o fato de algumas escolas apresentarem área construída maior do que



área do terreno, já que a área construída leva em conta todos os andares e há escolas com mais de um pavimento.

TABELA 5.1

TERRENO E PRÉDIO ESCOLAR: ÁREA EM M²

ESCOLA	PRÉDIO	TERRENO	ESCOLA	PRÉDIO	TERRENO
01	1.328	1.000	18	783	1.310
02	650	550	19	810	1.882
03	4.209	2.700	20	14.432	5.315
04	90	500	21	290	500
05	280	500	22	3.800	2.400
06	1.546	2.030	23	970	2.497
07	1.773	1.876	24	912	1.395
08	2.500	2.000	25	515	1.025
09	1.700	695	26	691	1.810
10	1.810	925	27	3.030	1.980
11	16.140	16.000	28	1.202	601
12	577	750	29	1.091	2.580
13	180	347	30	1.251	5.943
14	1.872	814	31	1.500	750
15	418	1.080	32	5.200	24.000
16	440	801			
17	671	504			
			MÉDIA	2.271	2.721



A Tabela 5.2 mostra a participação percentual do terreno e do prédio no valor total do imóvel escolar.

TABELA 5.2
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO TERRENO E DO PRÉDIO
NO VALOR TOTAL DO IMÓVEL ESCOLAR

ESCOLA	PRÉDIO	TERRENO	ESCOLA	PRÉDIO	TERRENO
01	75,5	24,5	18	45,5	54,5
02	62,3	37,7	19	37,6	62,4
03	74,4	25,6	20	62,7	37,3
04	33,4	66,6	21	39,3	60,7
05	66,1	33,9	22	59,6	40,4
06	51,5	48,5	23	73,0	27,0
07	75,8	24,2	24	64,6	35,4
08	69,9	30,1	25	48,3	51,7
09	63,1	36,9	26	84,2	15,8
10	78,5	21,5	27	82,6	17,4
11	30,2	69,8	28	90,3	9,7
12	34,9	65,1	29	49,6	50,4
13	36,7	63,3	30	49,5	50,5
14	84,2	15,8	31	79,9	20,1
15	21,3	78,7	32	60,2	39,8
16	16,1	83,9			
17	48,2	51,8	MÉDIA	57,8	42,2

Na impossibilidade de calcular a vida útil de cada edifício escolar da amostra, baseamo-nos na Jurisprudência Administrativa que adota, para construções, o tempo de vida útil de 25 anos, com uma taxa de depreciação, portanto, de 4% ao ano.

Para calcular a despesa anual com imóvel escolar, procedemos de duas formas alternativas. Nas escolas em que o imóvel era pró-



prio ou cedido, somamos à depreciação do prédio os gastos de manutenção durante o ano de 1984 (Questão 9 do Instrumento de Pesquisa 01) mais o montante de impostos e taxas relativos a terreno e prédio no mesmo ano (Questão 14). Nas escolas em que o imóvel era alugado, somamos a essas duas últimas importâncias (manutenção mais impostos e taxas) o valor total do aluguel relativo ao ano de 1984 (Questão 11). Em apenas uma das escolas, a de nº 06, deixamos de levar em conta o valor real da manutenção gasto em 1984, já que, nesse ano, o prédio passou por uma grande reforma, que representou mais de 40% do valor do imóvel. Neste caso, utilizamos, como dado para a manutenção, a média verificada nas demais escolas que foi de 3,5%.

A Tabela 5.3 apresenta, para cada escola da amostra, a percentagem da manutenção sobre o valor total do prédio. Observa-se, aí, apesar da discrepância entre as escolas, uma taxa anual de manutenção média de 3,5%. Levando-se em conta que a vida útil do prédio escolar pode ser considerada também como o tempo durante o qual os gastos de manutenção "repõem" o seu valor total original, essa taxa anual média de manutenção indicaria, para os edifícios escolares da amostra, uma vida útil de 28,5 anos, ou seja, $\frac{100}{3,5} = 28,5$. É importante notar que, embora baseando-se apenas no ano de 1984, e não numa série histórica das diversas escolas, essa vida útil não discrepa em muito da que é admitida pela Jurisprudência Administrativa e que foi utilizada para o cálculo da depreciação do prédio, ou seja, 25 anos.



TABELA 5.3

TAXA DE MANUTENÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR

ESCOLA	% MANUTENÇÃO DO PRÉDIO	ESCOLA	% MANUTENÇÃO DO PRÉDIO
01	0,5	18	2,2
02	18,1	19	14,5
03	2,7	20	1,7
04	2,6	21	0,9
05	0,0	22	0,3
06	3,5	23	0,4
07	4,3	24	2,4
08	0,4	25	2,1
09	14,0	26	1,0
10	0,0	27	1,5
11	1,2	28	2,0
12	4,1	29	1,0
13	2,7	30	8,5
14	5,2	31	0,5
15	0,0	32	0,6
16	14,0		
17	0,0	MÉDIA	3,5

As dependências do prédio escolar nas diversas escolas são apresentadas na Tabela 5.4. Aí, a coluna "Administração" refere-se às salas destinadas a diretoria, secretaria, sala de professores, Orientação Educacional, Coordenação Pedagógica, APM, Almoxarifado etc.; a coluna "Recreação, Lazer e Esportes" refere-se a pátios, quadras esportivas, jardins, salões de festas, piscinas etc.; a coluna "Serviços" refere-se a bibliotecas, cantinas, banheiros, auditórios, Centro Cívico etc.; na coluna "Oficinas" estão incluídas, além das oficinas propriamente ditas, salas de arte, ateliês, salas de trabalhos manuais etc.; a coluna "Sociais" refere-se a refeitório, cozinha, dispensa etc.



TABELA 5.4
DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO ESCOLAR*

DEPEN- DÊNCIAS ESCOLAS	ADMINIS- TRAÇÃO	SALAS DE AULA	RECREAÇÃO, LAZER E ESPORTE	SERVIÇOS	LABORATÓ- RIOS	OFICINAS	"SOCIAIS"
01	6	16	5	27	1	-	-
02	3	5	4	4	-	-	1
03	7	37	6	43	1	-	1
04	3	6	3	6	-	-	1
05	2	3	1	7	-	-	-
06	7	15	6	40	1	-	-
07	10	16	5	22	1	-	3
08	14	40	7	40	-	-	3
09	8	11	2	16	3	1	-
10	7	25	3	13	-	-	-
11	19	86	9	71	4	2	8
12	4	7	5	9	1	1	1
13	4	7	2	6	1	-	2
14	16	30	10	17	3	3	1
15	6	7	4	5	-	-	2
16	4	8	5	7	-	1	1
17	1	2	-	3	-	-	-
18	7	11	6	13	1	1	3
19	10	15	2	14	2	-	2
20	9	30	5	64	-	-	1
21	1	5	3	10	-	-	1
22	6	14	2	4	1	-	1
23	10	16	6	34	1	-	4
24	5	12	5	6	-	-	-
25	4	8	3	5	-	-	1
26	3	3	4	15	-	-	1
27	14	32	2	34	5	-	-
28	6	16	1	13	2	-	1
29	12	15	5	13	1	-	1
30	9	9	5	9	1	1	3
31	4	10	2	27	1	-	-
32	12	10	10	11	1	1	3

* Vide observações no texto.



5.1.2. Equipamentos

As despesas com equipamentos representam, normalmente, uma parcela muito pequena do custo total da escola. Isso permite que, na falta de dados rigorosos, se possa proceder a estimativas e simplificações, já que um erro aí não compromete de maneira significativa o custo total. Essas simplificações foram feitas na presente pesquisa, apenas que numa escala extremamente reduzida. Prevendo a impossibilidade de conseguir, diretamente na escola, todos os valores de equipamentos em preços médios de 1984, o Instrumento de Pesquisa 01 possibilitava a obtenção do valor unitário da compra mais recente (v. Questões 30 a 33). Depois, esse dado era reduzido, através dos índices econômicos, a preços médios de 1984. Nem todas as escolas tinham condições, entretanto, de apresentar mesmo esse valor da compra mais recente, ora para a totalidade de seus equipamentos, ora para uma parte deles apenas. Nesses casos, os equipamentos que apareciam sem preços na lista de uma determinada escola tinham seus preços preenchidos a partir dos valores de outras escolas que possuíam os dados completos. Além disso, dispúnhamos de uma lista de preços de equipamentos, tomados junto a fornecedores de São Paulo, em abril de 1983, composta predominantemente por material didático permanente, e que foi também utilizada para completar os preços daqueles equipamentos do qual só constava o nome ou a descrição.

Apesar desses artifícios, alguns equipamentos não puderam ter seus preços conhecidos. Estes foram, entretanto, em quantidade bastante reduzida, não devendo ultrapassar a casa dos 5% do valor total dos equipamentos, o que, levando-se em conta que o valor anual do equipamento nas escolas da amostra representa, em média, 16% da despesa anual do ensino, deverá produzir um erro que não deverá ultrapassar os 0,8% do custo-aluno/ano total.



Com base na Jurisprudência Administrativa, consideramos, para todos os tipos de equipamento, uma vida útil de 6,6 anos, imputando, como depreciação anual, 15% de seus valores totais.

Os gastos com manutenção dos equipamentos também puderam ser coletados de uma forma bastante satisfatória, sendo que a totalidade das escolas teve condições de fornecer esta informação. Esses gastos, entretanto, não puderam ser desagregados por tipo de equipamento, razão pela qual, nos resultados da pesquisa, eles aparecerão como mais um título da rubrica de equipamentos, dizendo respeito à manutenção com o conjunto dos equipamentos da escola.

Na Tabela 5.5 estão assinalados com "x" os diversos tipos de equipamento presentes em cada uma das escolas da amostra.



TABELA 5.5
A PRESENÇA DOS DIVERSOS TIPOS DE EQUIPAMENTOS
NAS ESCOLAS DA AMOSTRA

EQUIPAM. ESCOLAS	EM GERAL	MATERIAL DIDÁTICO	LABORATÓ RIO	OFICINA	"SOCIAL"
01	X	X	X		
02	X				
03	X		X		X
04	X	X			X
05	X	X			
06	X				
07	X	X	X		
08	X	X			X
09	X	X	X	X	
10	X				
11	X	X	X		X
12	X				X
13	X	X			X
14	X		X		
15	X	X			X
16	X	X		X	X
17	X				
18	X	X		X	X
19	X	X	X		X
20	X				
21	X	X			X
22	X	X	X		X
23	X				
24	X	X			
25	X	X			X
26	X				
27	X		X		
28	X		X		
29	X	X	X		X
30	X	X	X	X	X
31	X	X	X		
32	X	X	X		X



5.2. Despesas Correntes

5.2.1. Despesas de pessoal

Por sua alta participação no cômputo geral do custo-aluno, as despesas de pessoal devem ser dimensionadas com o maior rigor possível. Em vista disso, procuramos ter o máximo cuidado no tratamento desta variável. Felizmente, a metodologia para a computação desses gastos pode ser bastante simples e relativamente segura, não sendo comum a ocorrência de problemas muito sérios que escapem ao alcance do pesquisador.

O procedimento usual é tomar o salário bruto do empregado, acrescentando-lhe os encargos sociais pagos pelo empregador. O Instrumento de Pesquisa 01, em sua Questão 34, possibilita o registro dessas informações. Aí, na Coluna "Salário Bruto na Folha de Pagamento", devem ser computados todos os gastos arcados pela escola durante o ano, inclusive 13º Salário, férias, abonos etc. Não se subtraem daí, portanto, os descontos com IAPAS, Imposto Sindical etc., que são normalmente deduzidos do salário pago pela escola ao empregado. Também não se somam os acréscimos, tipo salário família etc. que o trabalhador recebe, mas que não representam ônus para o empregador. A esse "Salário Bruto" do empregado, soma-se o total de encargos sociais trabalhistas arcados pela escola durante o ano, e que são registrados na Coluna "Encargos Sociais" da mencionada Questão 34. Entre esses encargos, não podem ser incluídos, obviamente, aqueles que já fazem parte do salário bruto do empregado, como: descanso semanal remunerado, férias, a parte do IAPAS paga pelo trabalhador etc.



Como é sabido, muitas escolas particulares, visando a diminuir a carga de suas despesas com pessoal, registram os salários abaixo do valor nominal efetivamente pago a seus empregados. Isso possibilita recolher menos tributos com IAPAS, FGTS etc. Diante desse fato, a coleta de dados referentes a gastos com pessoal, nas escolas, não podia restringir-se àquilo que era legalmente registrado. Por isso, procuramos, da maneira mais informal possível, obter o dado real, o que acreditamos ter conseguido na grande maioria dos casos.

Embora a Questão 34 do Instrumento de Pesquisa prevesse o registro dos gastos com pessoal docente, por nível de ensino, nem sempre isso foi possível de ser obtido, já que várias escolas dispunham de dados apenas sobre o total desses gastos. O mesmo aconteceu com relação ao "Pessoal em Função Técnico-Pedagógica" e ao "Pessoal em Função Administrativa", em que nem sempre foi possível desagregar por graus de ensino, o primeiro, e por "cargos gerais" e "funções subalternas", o segundo.

Nos casos em que os donos da escola exerciam também o cargo de Diretor, ou outra função qualquer na escola, deixávamos claro que os gastos correspondentes a serem incluídos no Instrumento de Pesquisa deviam dizer respeito apenas ao "pro labore" e não a lucros auferidos.

As despesas com pessoal afastado foram encontradas somente em duas escolas, as de números 18 e 30.

Apenas três escolas apresentaram despesas com pessoal no atendimento "social": as Escolas 3 e 4, que apresentaram gastos com pessoal em Assistência Médica, e a Escola 11, que apresentou gastos com pessoal em Transportes.



5.2.2. Despesas de consumo, despesas financeiras e encargos gerais

O cálculo das Despesas de Consumo não apresentou maiores dificuldades, já que cada um de seus títulos estavam discriminados no Instrumento de Pesquisa, tendo as informações sido colhidas de forma bastante satisfatória. O único título que requereu um tratamento especial foi o de "Outros Gastos de Consumo". Os gastos desse título foram compostos a partir de dados colhidos através da Questão 38. Esses dados utilizados foram os do item "A" (Publicidade), bem como outros gastos de consumo que porventura a escola tivesse efetuado durante o ano e que não constassem das demais questões, tendo-se verificado, aí, apenas os gastos com "doações". Mas, nessa mesma Questão, havia gastos relativos a duas outras rubricas. Seu item "B" constitui-se nas Despesas Financeiras; o item "C" (Outros impostos, taxas etc.) foi somado ao item "B" da Questão 52 para compor a rubrica de "Encargos Gerais".



6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. Situação Discente

Em termos de cálculo do "produto" da escola, poder-se-ia afirmar que a base correta para cálculo do custo-aluno deve ser o número de alunos promovidos no final do ano letivo, já que o objetivo da escola, sob essa perspectiva, é a produção de alunos com instrução suficiente para serem aprovados ou promovidos para a próxima série. Assim, ao declarar que uns tantos alunos foram aprovados, enquanto outros não, a própria escola está reconhecendo que atingiu os objetivos mínimos com relação à educação escolar apenas com os primeiros, os quais constituem, assim, seu produto final, considerando os últimos como uma espécie de "sobra" que não pode ser tida como produto acabado.

Entretanto, por menor que seja a qualidade do ensino nas escolas, pode-se argumentar que muito dificilmente o aluno deixa de ganhar algo em termos de aprendizado apenas com sua presença na escola, mesmo que ele não venha a ser aprovado no final do ano. Em vista disso, apresentaremos o custo-aluno/ano tanto com base no número de alunos promovidos quanto com base no número de alunos matriculados. Este procedimento, já adotado quando da realização da pesquisa na rede pública estadual, aqui se justifica ainda por uma outra razão: é que,



quando se pretende comparar o custo do ensino com o seu pagamento pelos alunos, o custo-aluno matriculado é o mais adequado, já que o pagamento das anuidades toma como critério a matrícula e não a promoção dos alunos.

A Tabela 6.1 apresenta, para a totalidade da amostra, as percentagens de promoção em cada uma das séries do 1º e 2º graus, bem como da Pré-Escola e do Ensino Supletivo. Para efeito de comparação, fizemos constar na mesma tabela as percentagens de promoção encontradas na pesquisa de custo-aluno na rede estadual de ensino. Mas, é importante frisar, desde já, que as comparações de dados entre as duas pesquisas só podem ser feitas levando em conta suas especificidades, tais como nível de agregação dos dados, ano a que os dados se referem, critério de organização das rubricas de custo e nível de precisão com que os dados puderam ser coletados. No caso dos índices de promoção, além da diferença de quatro anos entre os períodos a que se referem os dados - 1980 para a rede pública e 1984 para a rede privada - é preciso considerar que os dados da Tabela 6.1 se referem, no caso do ensino público estadual, a todo o Estado de São Paulo, enquanto que para o ensino privado, referem-se apenas à Região Metropolitana da Grande São Paulo. De qualquer forma, o que se verifica é uma percentagem de promoção acentuadamente maior na rede particular, o que não nos parece ser inteiramente explicado pela diferença de quatro anos na coleta de dados. Também o nível de abrangência dos dados da rede pública não deve explicar totalmente a diferença, já que a mesma pesquisa permite inferir (v. PARO, V.H., *op. cit.*, p. 18, Tabela 6.4) que o índice médio de promoção para a Grande São Paulo não ultrapassava os 69,5%, muito abaixo, portanto, dos 89% verificados na rede particular. O que essa tabela revela também é que, mesmo com percentagens bem maiores que as do ensino público, as séries que apresentam os me-



nores índices de promoção continuam sendo as séries iniciais dos antigos níveis de ensino (anteriores à Lei 5.692/71), ou seja, a 1ª série do 1º grau, a 5ª do 1º grau (antiga 1ª série do ginásio) e a 1ª série do 2º grau, muito embora as diferenças dos índices dessas séries com os das demais não sejam tão acentuadas como as que se verificam com os caso das escolas públicas apresentadas na tabela.

TABELA 6.1
PERCENTAGEM DE PROMOÇÃO POR SÉRIE

SÉRIES	REDE PÚBLICA ESTADUAL*	REDE PRIVADA**
Pré-Escola	98	98
1º Grau		
1ª série	58	91
2ª série	71	92
3ª série	77	93
4ª série	80	94
5ª série	58	81
6ª série	63	81
7ª série	66	87
8ª série	76	89
2º Grau		
1ª série	56	71
2ª série	69	80
3ª série	88	90
4ª série	84	91
Supletivo		
1º Grau	***	82
2º Grau	***	81
TOTAL	66	89

* Fonte: PARO, V.H. O custo do ensino..., Tabela 6.1, p. 15. Dados referentes ao Estado de São Paulo em 1980.

** Dados referentes à Grande São Paulo, em 1984.

*** Dados não disponíveis.



A Tabela 6.2 apresenta dados da situação discente, discriminando o número de turnos, de turmas, e dos alunos matriculados e promovidos, bem como a percentagem de promoção, para cada uma das escolas da amostra. Quanto ao índice de promoção, verifica-se não ter havido uma variação muito grande entre elas, com poucas escolas discrepando da média de 89%. A maior discrepância fica por conta da Escola 28, com um índice de promoção de 69,9%.



TABELA 6.2
SITUAÇÃO DISCENTE

ESCOLA	TURNOS	TURMAS	MATRICULADOS	PROMOVIDOS	% PROMOÇÃO
01	3	47	1.571	1.348	85,8
02	2	6	130	112	86,2
03	2	73	2.411	2.228	92,4
04	2	10	180	168	93,3
05	2	4	107	99	92,5
06	2	26	814	756	92,9
07	2	39	1.294	1.144	88,4
08	3	47	1.840	1.717	93,3
09	2	48	1.918	1.398	72,9
10	2	35	769	570	74,1
11	3	122	2.808	2.421	86,2
12	2	12	105	93	88,6
13	2	10	155	151	97,4
14	2	60	1.450	1.313	90,6
15	2	9	128	128	100,0
16	2	11	162	162	100,0
17	2	5	87	83	95,4
18	2	11	206	197	95,6
19	3	33	1.018	861	84,6
20	2	72	2.703	2.118	78,4
21	2	8	279	269	96,4
22	1	5	156	126	80,8
23	2	34	1.056	931	88,2
24	3	26	950	748	78,7
25	2	9	97	92	94,8
26	2	11	346	345	99,7
27	2	38	1.242	1.091	87,8
28	2	21	449	314	69,9
29	2	20	550	511	92,9
30	2	15	343	319	93,0
31	1	11	488	435	89,1
32	2	12	270	242	89,6



6.2. Custo-Aluno/Ano na Grande São Paulo

Os Quadros 6.1 e 6.2 apresentam o custo-aluno/ano médio da rede de ensino particular de 1ª e 2ª graus da Região Metropolitana da Grande São Paulo, com base, respectivamente, no total de alunos matriculados e no de alunos promovidos.



QUADRO 6.1: Grande São Paulo; Quadro Demonstrativo do Custo-Aluno/Ano, com Base no
Total de Alunos Matriculados

Custo-Aluno Matriculado/Ano	477.276
1. Capital	125.284
1.1. Terreno	-
1.2. Prédio	58.414
1.3. Equipamentos	66.870
1.3.1. Manutenção	4.065
1.3.2. Geral	51.254
1.3.3. Material Didático	6.623
1.3.4. Laboratórios	4.407
1.3.5. Oficinas	78
1.3.6. "Social"	443
2. Correntes	351.992
2.1. Pessoal	284.013
2.1.1. Docente em Exercício	195.245
2.1.2. Função Técnico-Pedagógica	13.487
2.1.3. Função Administrativa	73.569
2.1.4. No Atendimento "Social"	408
2.1.5. Afastado	1.304
2.2. Consumo	40.635
2.2.1. Geral	13.949
2.2.2. Utilidade Pública	11.827
2.2.3. Material Didático	6.142
2.2.4. Outros	3.365
2.2.5. "Social"	5.352
2.3. Despesas Financeiras	18.929
2.4. Encargos Gerais	8.415



QUADRO 6.2. Grande São Paulo: Quadro Demonstrativo do Custo-Aluno/Ano, com Base no
Total de Alunos Promovidos

Custo-Aluno Promovido/Ano	538.547
1. Capital	145.272
1.1. Terreno	—
1.2. Prédio	65.795
1.3. Equipamentos	79.477
1.3.1. Manutenção	4.650
1.3.2. Geral	60.881
1.3.3. Material Didático	7.549
1.3.4. Laboratórios	5.832
1.3.5. Oficinas	81
1.3.6. "Social"	484
2. Correntes	393.275
2.1. Pessoal	316.177
2.1.1. Docente em Exercício	217.705
2.1.2. Função Técnico-Pedagógica	14.880
2.1.3. Função Administrativa	81.735
2.1.4. No Atendimento "Social"	471
2.1.5. Afastado	1.386
2.2. Consumo	46.138
2.2.1. Geral	15.998
2.2.2. Utilidade Pública	13.247
2.2.3. Material Didático	6.847
2.2.4. Outros	4.142
2.2.5. "Social"	5.904
2.3. Despesas Financeiras	21.315
2.4. Encargos Gerais	9.645



As inferências que se podem fazer desses dados precisam levar em consideração as grandes discrepâncias nos dados das diferentes escolas. A Tabela 6.3 mostra que, para um custo médio na Grande São Paulo de Cr\$ 477.276, por aluno matriculado/ano, há uma variação entre as escolas que vai de Cr\$ 85.491 (Escola 26) a Cr\$ 1.151.687 (Escola 29).

TABELA 6,3
CUSTO-ALUNO/ANO POR ESCOLA

ESCOLA	MATRICULADO	PROMOVIDO	ESCOLA	MATRICULADO	PROMOVIDO
01	133.070	155.084	18	826.070	863.809
02	939.604	1.090.612	19	429.907	508.299
03	472.170	510.952	20	386.396	493.120
04	167.785	179.770	21	192.388	199.540
05	197.671	213.645	22	994.336	1.169.178
06	217.378	234.055	23	338.071	383.462
07	301.684	341.240	24	225.923	286.934
08	311.967	334.315	25	455.731	480.499
09	375.760	515.528	26	85.491	85.739
10	443.482	598.311	27	565.179	643.403
11	575.249	667.203	28	289.871	414.497
12	1.089.341	1.229.901	29	1.151.687	1.239.585
13	254.021	260.750	30	1.073.371	1.154.126
14	415.855	459.246	31	207.308	232.566
15	729.342	729.342	32	671.264	748.931
16	714.083	714.083			
17	91.378	95.781	Gde. São Paulo	477.276	538.547



O Quadro 6.3 registra a participação percentual média das diversas rubricas no custo-aluno/ano, nas escolas da amostra.* Para efeito de comparação com o sistema público estadual de ensino, apresentamos também o Quadro 6.4 que mostra a participação percentual das diversas rubricas no Estado de São Paulo, em 1980. Não obstante a maneira diversa com que estão arranjadas as diversas rubricas em ambos os quadros, é possível constatar uma maior participação percentual das despesas de capital na rede particular, quando comparada com a rede pública, sendo essa maior participação explicada pelo percentual de equipamentos, já que as despesas com o prédio escolar não são muito discrepantes entre si (13,5% no sistema público do Estado e 12,3% na rede particular). Entretanto, enquanto na rede pública os gastos com equipamentos representavam 4,9% do custo-aluno/ano, na rede particular eles sobem para 16%. Essa maior participação está a indicar, certamente, um maior gasto relativo com equipamentos por parte da rede particular, em comparação com a rede pública; acreditamos, porém, que parte dessa diferença se deve a uma apuração mais rigorosa dos preços dos equipamentos levada a efeito na presente pesquisa, e que não pôde ser feita, em igual medida, na pesquisa realizada na rede pública estadual.

* Tais percentagens consistem na média das percentagens encontradas nas escolas da amostra para cada uma das rubricas.



QUADRO 6.3. Grande São Paulo: Participação Percentual das Diversas Despesas Custo-Aluno/Ano

Custo-Aluno/Ano	100
1. Capital	28,3
1.1. Terreno	—
1.2. Prédio	12,3
1.3. Equipamentos	16,0
1.3.1. Manutenção	0,8
1.3.2. Geral	12,4
1.3.3. Material Didático	1,6
1.3.4. Laboratórios	1,1
1.3.5. Oficinas	0,0
1.3.6. "Social"	0,1
2. Correntes	71,7
2.1. Pessoal	59,8
2.1.1. Docente em Exercício	42,9
2.1.2. Função Técnico-Pedagógica	2,8
2.1.3. Função Administrativa	13,9
2.1.4. No Atendimento "Social"	0,1
2.1.5. Afastado	0,1
2.2. Consumo	8,2
2.2.1. Geral	2,4
2.2.2. Utilidade Pública	2,5
2.2.3. Material Didático	1,5
2.2.4. Outros	0,7
2.2.5. "Social"	1,1
2.3. Despesas Financeiras	2,2
2.4. Encargos Gerais	1,5



QUADRO 6.4. Estado de São Paulo: Participação Percentual das Diversas Despesas no
Custo-Aluno/Ano

Custo-Aluno/Ano	100%
1. Capital	18,4
1.1. Prédio	13,5
1.2. Equipamentos	4,9
2. Correntes	78,7
2.1. Pessoal	76,0
2.1.1. Docente em Exercício	57,6
2.1.2. Função Técnico-Pedagógica	1,7
2.1.3. Função Administrativa	16,7
2.2. Consumo	2,7
3. Sociais	2,9
3.1. Alimentação	2,2
3.2. Assistência Odontológica	0,7

Fonte: PARO, V.H. O custo do ensino público..., Quadro 6.2, p. 16.



6.3. As Receitas da Escola

Com a finalidade de dar uma visão das fontes de receita da Escola Particular na Grande São Paulo, apresentamos a Tabela 6.4 que apresenta a participação percentual dessas fontes na Receita Total da Escola. A coluna "Anuidades" se refere ao pagamento do ensino pelos alunos durante o ano de 1984; a coluna "APM" se refere às entradas relativas a contribuições para a Associação de Pais e Mestres; a coluna "MEC" se refere a receitas advindas do Ministério da Educação; a coluna "Bolsas" diz respeito a subvenções de bolsas de estudos que a escola tenha recebido durante o ano de 1984; a coluna "Financeiras" refere-se a receitas financeiras percebidas pela escola, como correção monetária, juros etc.; a coluna "Cantina" refere-se a receitas advindas de aluguel de cantina; finalmente, a coluna "Doações" diz respeito a doações que a escola recebeu durante 1984. Nesta tabela, as escolas foram agrupadas em 4 tipos: o Tipo 1 agrupa as escolas que possuem os seguintes níveis de ensino: pré-escola, pré-escola mais 1º grau da 1ª à 4ª série e pré-escola mais 1º grau da 1ª à 8ª série; o Tipo 2 é formado por escolas de pré mais 1º grau completo mais 2º grau, de pré mais 1º grau completo mais supletivo e de pré mais 1º grau completo mais 2º grau mais supletivo; o Tipo 3 possui escolas de 1º grau da 1ª à 4ª série, de 1º grau completo, de 1º grau completo mais 2º grau e de 1º grau da 5ª à 8ª série mais 2º grau; finalmente, o Tipo 4 possui escolas com os seguintes níveis: 1º grau completo mais segundo grau mais supletivo, 2º grau e 2º grau mais supletivo.



Como se pode perceber pelo exame da Tabela 6.4, a grande maioria das escolas tem suas receitas advindas quase exclusivamente do pagamento do ensino pelos alunos. É de se notar, entretanto, que algumas escolas possuem outras fontes de receitas com peso bastante significativo em suas receitas totais. É o caso, por exemplo, das Escolas 15 (Tipo 1) e 14 (Tipo 2) que apresentam altas percentagens de receitas financeiras (70,7% e 57,5%, respectivamente); a Escola 5 (Tipo 3) apresenta 13,1% de receitas financeiras e 26,6% de receitas advindas de doações.

TABELA 6.4
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DIVERSOS TIPOS DE RECEITA
NA RECEITA TOTAL DA ESCOLA

ESCOLA	ANUIDADES	APM	MEC	BOLSAS	FINANCEI- RAS	CANTINA	DOAÇÕES	TOTAL
TIPO 1								
02	63,1	0	0,0	0	36,9	0	0	100
04	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0	100
06	95,6	0	4,4	0	0,0	0	0	100
12	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0	100
13	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0	100
15	29,3	0	0,0	0	70,7	0	0	100
16	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0	100
18	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0	100
21	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0	100
23	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0	100
25	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0	100
26	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0	100
30	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0	100
Média	91,4	0	0,3	0	8,3	0	0	100
TIPO 2								
01	100,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0	100
03	97,9	0	0,0	0	1,7	0,3	0	100
07	79,8	0	20,2	0	0,0	0,0	0	100
11	83,6	0	0,0	0	16,4	0,0	0	100
14	42,4	0	0,0	0	57,5	0,1	0	100
24	100,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0	100
Média	83,9	0	3,4	0	12,6	0,1	0	100
TIPO 3								
05	55,7	0,0	0	4,7	13,1	0	26,6	100
17	85,7	14,3	0	0,0	0,0	0	0,0	100
20	100,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	100
29	100,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	100
32	100,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	100
Média	88,3	2,9	0	0,9	2,6	0	5,3	100
TIPO 4								
08	100	0	0	0	0	0	0	100
09	100	0	0	0	0	0	0	100
10	100	0	0	0	0	0	0	100
19	100	0	0	0	0	0	0	100
22	100	0	0	0	0	0	0	100
27	100	0	0	0	0	0	0	100
28	100	0	0	0	0	0	0	100
31	100	0	0	0	0	0	0	100
Média	100	0	0	0	0	0	0	100
Gde. S. Paulo Média	91,7	0,4	0,8	0,1	6,1	0,0	0,8	100



As Tabelas 6.5 e 6,6 apresentam dados a respeito das anuidades cobradas pelas escolas da amostra. A primeira apresenta as anuidades segundo o nível de ensino e a segunda apresenta as anuidades médias, por escola.



TABELA 6.5

VALOR DA ANUIDADE ESCOLAR, POR NÍVEL DE ENSINO

ESCOLA	NÍVEL	PRÉ	1ª - 4ª S.	5ª - 8ª S.	2ª GRAU	SUPL. 1ª	SUPL. 2ª
TIPO 1							
02		147.500	152.500	—	—	—	—
04		392.000	—	—	—	—	—
06		240.253	234.296	388.058	—	—	—
12		769.210	769.210	1.030.900	—	—	—
13		463.000	463.000	—	—	—	—
15		1.007.126	—	—	—	—	—
16		644.064	—	—	—	—	—
18		526.000	823.500	875.000	—	—	—
21		217.410	193.260	—	—	—	—
23		1.290.456	1.290.456	1.925.208	—	—	—
25		757.101	898.879	988.158	—	—	—
26		56.000	—	—	—	—	—
30		1.039.372	1.011.372	1.177.392	—	—	—
TIPO 2							
01		259.800	278.880	278.880	288.120	210.600	296.700
03		462.110	463.110	741.006	858.821	—	—
07		243.850	231.850	303.500	—	260.000	280.000
11		689.925	951.875	951.875	1.047.050	483.000	483.000
14		528.324	536.148	685.368	884.580	—	—
24		117.500	125.800	139.200	165.420	—	—
TIPO 3							
05		—	159.925	—	—	—	—
17		476.000	404.996	—	—	—	—
20		—	—	449.172	624.774	—	—
29		—	734.856	1.174.740	1.252.362	—	—
32		—	839.400	1.019.200	—	—	—
TIPO 4							
08		—	223.512	297.480	336.474	286.224	340.896
09		—	—	—	—	—	—
10		—	—	—	384.000	38.400	—
19		—	317.500	395.000	539.500	346.500	396.500
22		—	—	—	321.600	—	—
27		—	—	—	460.513	—	—
28		—	—	—	225.450	322.200	322.200
31		—	—	—	232.500	232.500	312.000
Gdê. São Paulo Média		516.350	528.777	754.126	544.369	272.428	347.328



TABELA 6.6

ANUIDADE ESCOLAR MÉDIA POR ESCOLA

ESCOLA	ANUIDADE MÉDIA	ESCOLA	ANUIDADE MÉDIA
01	268.323	18	666.697
02	150.769	19	387.943
03	584.973	20	618.732
04	392.000	21	200.358
05	159.925	22	321.600
06	267.304	23	1.446.740
07	257.386	24	156.377
08	291.009	25	919.996
09	Sem Informação	26	56.000
10	353.889	27	460.513
11	881.755	28	296.127
12	856.440	29	1.031.812
13	463.000	30	1.152.397
14	626.514	31	259.869
15	1.007.126	32	907.990
16	644.064		
17	421.319	Gde. S.Paulo	532.547

Além dos valores absolutos da receita e da despesa totais da escola, bem como a diferença entre esses valores, a Tabela 6.7 apresenta aquilo que convencionamos chamar de "taxa de lucro" da escola. Essa taxa significa o quanto por cento da despesa total representa a diferença entre receita e despesa, sendo positiva quando a despesa é menor que a receita e negativa quando esta é que for a menor. O que se observa de imediato são as enormes diferenças entre as taxas individuais das escolas, que vão de 68,1% negativos (Escola 2) a 374,7% positivos (Escola 17).



TABELA 6.7
RECEITA E DESPESA POR ESCOLA

ESCOLA	RECEITA (A)	DESPESA (B)	LUCRO (A - B)	TAXA DE LUCRO $\frac{(A - B)}{B} \times 100$
TIPO 1				
02	39.000.000	122.148.504	- 83.148.504	- 68,1
04	31.636.000	30.201.376	1.434.624	4,8
06	200.529.866	176.945.856	23.584.010	13,3
12	81.339.026	114.380.763	- 33.041.737	- 28,9
13	23.662.000	39.373.255	- 15.711.255	- 39,9
15	98.482.893	93.355.713	5.127.180	5,5
16	88.600.344	115.681.467	- 27.081.123	- 23,4
18	172.940.149	170.170.418	2.769.731	1,6
21	58.206.070	53.676.229	4.529.841	8,4
23	178.641.094	357.003.011	- 178.361.917	- 50,0
25	17.647.540	44.205.950	- 26.558.410	- 60,1
26	19.376.000	29.579.998	- 10.203.998	- 34,5
30	338.584.632	368.166.172	- 29.581.540	- 8,0
TIPO 2				
01	423.964.080	209.053.129	214.910.951	102,8
03	1.172.729.114	1.138.401.995	34.327.119	3,0
07	393.408.444	390.378.920	3.029.524	0,8
11	2.869.281.270	1.615.299.305	1.253.981.965	77,6
14	1.347.295.326	602.989.872	744.305.454	123,4
24	158.841.900	214.626.875	- 55.784.975	- 26,0
TIPO-3				
05	11.152.624	21.150.819	- 9.998.195	- 47,3
17	37.740.000	7.949.859	29.790.141	374,7
20	700.000.000	1.044.428.866	- 344.428.866	- 33,0
33	851.630.040	633.427.784	218.202.256	34,4
32	132.524.838	181.241.388	- 48.716.550	- 26,9
TIPO 4				
08	512.870.862	574.018.442	- 61.147.580	- 10,7
09	493.108.938	720.707.577	- 227.598.639	- 31,6
10	115.000.000	341.037.387	- 226.037.387	- 66,3
19	191.078.042	437.645.340	- 246.567.298	- 56,3
22	50.169.600	147.316.367	- 97.146.767	- 65,9
27	483.470.695	701.952.872	- 218.482.177	- 31,1
28	114.538.200	130.152.115	- 15.613.915	- 12,0
31	117.870.000	101.166.376	16.703.624	16,5



6.4. O Custo-Aluno/Ano de Acordo com Grupamentos Determinados de Escolas

Os dados do custo-aluno considerando a Grande São Paulo em seu todo, embora retratando um comportamento médio das escolas da amostra, não retrata, como vimos, as grandes diferenças existentes entre escolas e grupos de unidades amostradas. Tentando buscar uma maior homogeneidade da realidade pesquisada, apresentaremos, a seguir, os dados do custo-aluno/ano segundo 4 critérios de agrupamento das escolas da amostra: segundo o tipo de escolas, segundo a região onde se localizam, segundo o tamanho e segundo o número de turno que possuem.

6.4.1. O custo-aluno segundo o tipo de escolas

Visando a facilitar a análise dos resultados por grupamento, segundo os critérios mencionados, padronizamos a apresentação dos dados, dispendo-os em quadros que contêm 5 tabelas. As Tabelas (a) e (b) apresentam o custo-aluno/ano com base no número de alunos matriculados e promovidos, respectivamente, a tabela (a) traz ainda, por grupo de escolas, além da receita/aluno, ou seja, a razão entre a receita total da escola e o número de alunos, também o valor médio da anuidade escolar cobrada em 1984. A comparação da receita/aluno com o custo-aluno/ano total permite verificar a diferença, para mais ou para menos, entre o esforço em termos financeiros despendido, em média, pela escola com cada aluno e a entrada média de recursos também por aluno/ano. Na tabela (b) contamos ainda com as percentagens de promoção por grupo e o número de escola que compõem cada grupo. A tabela (c) apresenta a composição percentual das principais rubricas



do custo-aluno/ano, permitindo verificar o peso relativo que tem cada uma das despesas na composição do custo total do ensino. A tabela (d) apresenta a razão entre o número de alunos e o número de turmas, bem como a razão entre o número de alunos e o pessoal da escola, estes discriminados em: pessoal docente em exercício, pessoal técnico-pedagógico e pessoal administrativo. Finalmente, a tabela (e) apresenta três índices: a percentagem de ocupação da escola, que se constitui na relação percentual entre o número de vagas e o número de alunos matriculados; a percentagem de demanda, que é a razão em termos percentuais, entre o número de vagas e o número de candidatos; e, finalmente, a taxa de lucro (quando positiva) ou prejuízo (quando negativa), ou seja, a relação percentual entre a diferença "receita menos despesa" e a despesa total da escola. Resta dizer que todas as percentagens constantes tanto da tabela (e) quanto da tabela (c) e também da (b) se constituem em médias das percentagens encontradas para as escolas do respectivo agrupamento ou da amostra total, conforme o caso.

O Quadro 6.5 apresenta os dados do custo-aluno/ano, agrupados segundo o tipo de escolas. Os quatro tipos em que foi dividida a amostra são os que foram discriminados no item 6.3, ao comentarmos os dados da tabela 6.4. Pelo exame das tabelas (a) e (b) do Quadro 6.5, percebemos que as escolas do tipo 1 apresentam o custo do ensino mais elevado, enquanto que as do tipo 2 apresentam o mais baixo, discrepando consideravelmente do custo médio para a Grande São Paulo.

Na tabela (a), temos ainda que a comparação entre o custo-aluno e a receita/aluno, revela que esta supera aquele nos grupos de escolas do tipo 2 e do tipo 3, o que está em consonância com as taxas de lucro apresentadas na tabela (e). Aí, todos os grupos apre-



sentam valores bastante discrepantes da média da Grande São Paulo que é de +1,5%.

Os grupos que apresentam as maiores anuidades escolares médias (tabela (a)) são os grupos 1 e 3, os quais, além de discreparem da anuidade média da Grande São Paulo, são também os que apresentam anuidades médias acima dos valores de seus respectivos custos do ensino por aluno matriculado/ano.

Quanto à composição percentual (tabela (c)), apenas o grupo 4 apresenta valores significativamente discordantes da média para o total da amostra com relação à participação relativa entre despesas correntes e de capital. Como se pode observar, as despesas de capital representam 36,6% do total do custo-aluno, quando a média para a Grande São Paulo é de 28,3%. Tal discrepância, por sua vez, é decorrência da maior presença dos gastos relativos de equipamentos: 26,9%, bem acima da média para a amostra que é de 16%.

Na tabela (d), as escolas de tipo 1 apresentam valores abaixo da média com relação ao número de alunos por turma, por pessoal técnico-pedagógico e por pessoal administrativo, enquanto que as do tipo 2 apresentam valores bastante acima da média com relação ao número de alunos por pessoal técnico-pedagógico, o mesmo acontecendo com as escolas do tipo 4 com relação ao número de alunos por pessoal administrativo.

Quanto à percentagem de ocupação (tabela (e)), as escolas do tipo 3 são as que apresentam uma maior capacidade ociosa com apenas 66,7% de taxa de ocupação, acima, portanto, da média para a amostra que é de 79,2%. Por sua vez, as escolas de tipo 2 são as que demonstram possuir uma maior procura por seu ensino, com uma taxa de demanda de 95,3%.

QUADRO 6.5. Dados do Custo Aluno/Ano, Agrupados Segundo o Tipo de Escolas

(a) Alunos Matriculados

TIPOS \ DESP.	CAPITAL	CORRENTES	TOTAL	RECEITA/ALUNO	ANUIDADE MÉDIA
1	123.824	420.998	544.821	416.008	632.530
2	72.793	281.199	353.992	529.750	462.555
3	88.887	410.792	499.679	567.249	627.956
4	189.772	256.205	445.976	260.072	338.707
Gde. São Paulo	125.284	351.993	477.276	421.982	532.547

(b) Alunos Promovidos

TIPOS \ DESP.	CAPITAL	CORRENTES	TOTAL	% PROMOÇÃO	Nº DE ESCOLAS
1	132.969	452.083	585.053	94,3	13
2	85.322	318.121	403.443	87,0	6
3	99.894	458.318	558.212	89,8	5
4	238.588	313.424	552.012	81,8	8
Gde. São Paulo	145.272	393.275	538.547	89,0	32

(c) Composição Percentual

TIPOS \ DESP.	PRÉDIO	EQUIP.	CAPITAL	PESSOAL	CONSUMO	FINANC.	ENC. GER.	CORREN.
1	13,6	11,3	25,0	58,9	11,3	3,4	1,4	75,0
2	5,3	18,4	23,7	68,7	6,7	0,1	0,8	76,3
3	21,0	8,0	29,0	62,6	5,0	2,5	1,0	71,0
4	9,7	26,9	36,6	52,9	6,5	1,5	2,5	63,4
Gde. São Paulo	12,3	16,0	28,3	59,8	8,2	2,2	1,5	71,7

(d) Número Médio de Alunos por Turma e por Pessoal Escolar

TIPOS	TURMA	DOC. EM EXERC.	PESS. TÊC-PED.	PESS. ADMINIST.
1	21	33	285	54
2	30	22	542	91
3	27	34	401	70
4	33	20	400	131
Gde. São Paulo	27	29	387	85

(e) Taxas de Ocupação, de Demanda e de Lucro ou Prejuízo

TIPOS	% OCUPAÇÃO	% DEMANDA	% LUCRO (+) OU PREJ. (-)
1	82,1	88,8	- 21,5
2	86,8	95,3	+ 46,9
3	66,7	73,0	+ 60,4
4	76,3	70,8	- 32,2
Gde. São Paulo	79,2	82,8	+ 1,5



6.4.2. O custo-aluno segundo as regiões

O Quadro 6.6 apresenta os dados do custo-aluno/ano segundo as regiões em que se localizam as escolas. Foram considerados dois grupos: o das escolas localizadas no Município da Capital do Estado e o das que se localizam na região da chamada São Paulo-Exterior, ou seja, nos municípios circunvizinhos à Capital, pertencentes à Região Metropolitana da Grande São Paulo.

Pelo exame das tabelas (a) e (b), pode-se perceber que não existem grandes diferenças entre o custo-aluno/ano total de um e de outro grupo, com as escolas de São Paulo-Exterior apresentando valores apenas um pouco superiores aos da Capital do Estado.

Ambos os grupos possuem receita/aluno abaixo do custo aluno, acompanhando, a esse respeito, a média da Grande São Paulo. Quanto à anuidade média, a das escolas da Capital fica muito próxima do custo-aluno, enquanto que a das escolas da São Paulo-Exterior apresenta um valor mais elevado.

Com relação à composição percentual (tabela (e)), a rubrica que mais chama a atenção é a de equipamentos, na qual o grupo de escolas da São Paulo-Exterior apresenta percentagem bastante superior à apresentada pelas escolas da Capital.

Na tabela (d) os dois grupos não apresentam valores significativamente discrepantes da média da amostra. É digno de nota, entretanto, a diferença entre os dois grupos no que diz respeito ao número de alunos por docente em exercício, que na Capital é de 22 em média, enquanto que na São Paulo-Exterior chega a 29.

A tabela (e) mostra taxas de lucro bastante diversas para os dois grupos de escolas. Enquanto a Capital registra 15,1% positivos, São Paulo-Exterior apresenta prejuízo de 21,3%. A pesquisa mos-



trou também que, enquanto exatamente metade das escolas da Capital apresentaram lucro, apenas um terço das escolas da São Paulo-Exterior tiveram suas receitas superando as despesas.



QUADRO 6.6. Dados do Custo-Aluno/Ano, Agrupados Segundo as Regiões

(a) Alunos Matriculados

REG. \ DESP.	CAPITAL	CORRENTES	TOTAL	RECEITA/ALUNO	ANUIDADE MÉDIA
Capital	109.073	344.537	453.611	424.331	489.430
SP-Exterior	152.301	364.418	516.718	418.067	600.815
Gde. São Paulo	125.284	351.993	477.276	421.982	532.547

(b) Alunos Promovidos

REG. \ DESP.	CAPITAL	CORRENTES	TOTAL	% PROMOÇÃO	Nº DE ESCOLAS
Capital	125.209	384.544	509.752	89,4	20
SP-Exterior	178.712	407.827	586.538	88,4	12
Gde. São Paulo	145.272	393.275	538.547	89,0	32

(c) Composição Percentual

REG. \ DESP.	PRÉDIO	EQUIP.	CAPITAL	PESSOAL	CONSUMO	FINANC.	ENC. GER.	CORREN.
Capital	12,7	13,0	25,7	63,0	8,0	1,9	1,5	74,3
SP-Exterior	11,4	21,1	32,5	54,6	8,7	2,5	1,6	67,4
Gde. São Paulo	12,3	16,0	28,3	59,8	8,2	2,2	1,5	71,7

(d) Número Médio de Alunos por Turma e por Pessoal Escolar

REGIÃO \	TURMA	DOC. EM EXERC.	PESS. TÉC-PED.	PESS. ADMINIST.
Capital	25	22	387	93
SP-Exterior	29	37	387	72
Grande São Paulo	27	29	387	85

(e) Taxas de Ocupação, de Demanda e de Lucro ou Prejuízo

REGIÃO	% OCUPAÇÃO	% DEMANDA	% LUCRO (+) OU PREJ. (-)
Capital	73,5	79,1	+ 15,1
SP-Exterior	87,2	88,0	- 21,3
Grande São Paulo	79,2	82,8	+ 1,5



6.4.3. O custo-aluno segundo o tamanho da escola

Para apresentar os dados do custo-aluno segundo o tamanho da escola, utilizamos como critério de agrupamento o número de turmas existentes na escola no ano de 1984. Assim, foram consideradas de tamanho "pequeno" as escolas que possuíam de 1 a 20 turmas; de tamanho "médio" as que tinham de 21 a 60 turmas e de tamanho "grande" as com 61 turmas e mais.

O Quadro 6.7, por suas tabelas (a) e (b) mostra claramente que é o grupo de escolas de tamanho médio que possui o menor custo do ensino por aluno/ano, tomando como base quer o número de matriculados quer o de promovidos. Em contrapartida, é também o único grupo que apresenta uma média de taxa de lucro negativa, ou seja, - 3,6% (tabela (e)).

As escolas de tamanho grande são as únicas que apresentam receita/aluno/ano mais elevada que o respectivo custo-aluno matriculado/ano, enquanto que apenas as escolas de tamanho pequeno apresentam anuidade média abaixo de seu custo-aluno matriculado/ano.

Quanto à composição percentual das diversas rubricas no custo do ensino, a tabela (c) mostra uma tendência de decréscimo do custo relativo do capital e conseqüente crescimento das despesas correntes no sentido do menor para o maior tamanho das escolas. Essa tendência era de se esperar na medida em que pode estar revelando uma economia de escala do prédio e dos equipamentos, ou seja, na medida em que há maior quantidade de turmas, os bens de capitais passam a ser utilizados em comum por um número maior de alunos, rateando entre eles o seu valor. Mesmo assim, é no grupo de escolas de tamanho grande que se verificam os menores índices de ocupação e de demanda (tabela (e)). Tais valores são provocados por apenas uma escola, a de número 20 que



apresenta baixíssimas taxas de ocupação e de demanda. No grupo das escolas grandes, é de se registrar, ainda, a baixa participação dos equipamentos na composição percentual dos custos, com apenas 4%, para uma média, na Grande São Paulo, de 16%.

As escolas de tamanho pequeno apresentam o menor número de alunos por turma, enquanto as de tamanho médio possuem o menor número de alunos por pessoal docente. Quanto ao número de alunos por pessoal técnico-pedagógico, as escolas médias e grandes apresentam os dados extremos; as primeiras com um número (132) bastante abaixo da média que é de 387; as últimas com número bastante superior, ou seja, 620. Ainda com referência à tabela (d), enquanto as escolas de tamanho pequeno e grande apresentam número de alunos por pessoal administrativo abaixo da média que é 85, o grupo de escolas de tamanho médio registra um número bem acima (128).



QUADRO 6.7. Dados do Custo-Aluno/Ano, Agrupados Segundo o Tamanho da Escola, Determinado pelo Número de Turmas

(a) Alunos Matriculados

TAM. \ DESP.	CAPITAL	CORRENTES	TOTAL	RECEITA/ALUNO	ANUIDADE MÉDIA
Pequeno	153.129	422.805	575.934	478.411	565.374
Médio	101.569	235.777	337.346	300.268	437.466
Grande	62.354	415.585	477.938	589.068	695.153
Gde. São Paulo	125.284	351.993	477.276	421.982	532.547

(b) Alunos Promovidos

TAM. \ DESP.	CAPITAL	CORRENTES	TOTAL	% PROMOÇÃO	Nº DE ESCOLAS
Pequeno	171.134	457.564	628.697	93,3	17
Médio	126.437	279.761	406.198	83,9	12
Grande	74.066	483.026	557.092	85,7	3
Gde. São Paulo	145.272	393.275	538.547	89,0	32

(c) Composição Percentual

TAM. \ DESP.	PRÉDIO	EQUIP.	CAPITAL	PESSOAL	CONSUMO	FINANC.	ENC. GER.	CORREN.
Pequeno	16,8	13,6	30,4	55,6	9,3	2,9	1,7	69,6
Médio	6,5	22,4	28,9	60,6	7,4	1,6	1,4	71,0
Grande	9,3	4,0	13,3	80,7	5,4	0,1	0,4	86,7
Gde. S. Paulo	12,3	16,0	28,3	59,8	8,2	2,2	1,5	71,7

(d) Número Médio de Alunos por Turma e por Pessoal Escolar

TAM.	TURMA	DOC. EM EXERC.	PESS. TÊC-PED.	PESS. ADMINIST.
Pequeno	22	32	194	49
Médio	31	24	132	128
Grande	31	27	620	70
Gde. S. Paulo	27	29	387	85

(e) Taxas de Ocupação, de Demanda e de Lucro ou Prejuízo

TAM.	% OCUPAÇÃO	% DEMANDA	% LUCRO (+) OU PREJ. (-)
Pequeno	79,5	86,3	+ 2,5
Médio	80,6	82,3	- 3,6
Grande	68,0	59,3	+ 15,9
Grande. São Paulo	79,2	82,8	+ 1,5



6.4.4. O custo-aluno segundo o número de turnos da escola

Os dados do Quadro 6.8 confirmam aquilo que era de se esperar com relação a um custo do ensino menor nas escolas de três turnos, intermediário nas de dois turnos e maior nas de apenas um turno diário de aulas. Essa tendência reflete o fato de que, com maior número de turnos, há uma maior utilização dos recursos que representam custos fixos, como equipamentos e edifício escolar. Isso é confirmado pela tabela (c), que mostra uma tendência de aumento nos custos relativos de capital, na medida em que aumenta o número de turnos. A tendência inversa é verificada com relação aos gastos relativos com pessoal, cuja participação percentual aumenta com o aumento do número de turnos. Ainda na tabela (c), é de se destacar o alto custo relativo dos equipamentos nas escolas de um turno apenas que apresentam 34% de participação dessa rubrica, quando a média da amostra é de 16%.

O grupo de escolas de 3 turnos é o único que apresenta uma receita/aluno superior ao respectivo custo-aluno, embora sejam as escolas de um turno que apresentam a menor receita/aluno (Cr\$ 281.569), bem abaixo da média da Grande São Paulo que é de Cr\$ 421.982. Com relação à anuidade média, o grupo de escolas de um turno não apenas apresenta o menor valor, mas também é o único grupo que apresenta essa anuidade média abaixo do valor do custo-aluno matriculado/ano.

Com relação aos dados da tabela (d), nota-se a discrepância do número de alunos por turma das escolas de um turno (38), com relação à média para o total da amostra (27). Em compensação, o número de alunos por pessoal técnico-pedagógico nas escolas de um turno é o menor dos três grupos, ou seja, 78, para uma média na Grande São Paulo, de 387. Ao mesmo tempo, as escolas de três turnos apresentam um número de alunos por pessoal técnico-pedagógico bastante elevado: 521.



Na Tabela (e) o grupo de escolas com um turno apresenta a taxa de ocupação mais baixa dos três grupos, ao mesmo tempo em que apresenta uma taxa de prejuízo que atinge os 24,7%, que fica bastante acima da média da Grande São Paulo que é de 1,5% de lucro.



QUADRO 6.8. Dados do Custo-Aluno/Ano, Agrupados Segundo o Número de Turnos

(a) Alunos Matriculados

TURNOS \ DESP.	CAPITAL	CORRENTES	TOTAL	RECEITA/ALUNO	ANUIDADE MÉDIA
1	352.264	223.559	575.822	281.569	290.735
2	118.859	387.116	505.975	446.289	594.986
3	75.323	254.311	329.633	371.559	373.799
Gde. S.Paulo	125.284	351.993	477.276	421.982	532.547

(b) Alunos Promovidos

TURNOS \ DESP.	CAPITAL	CORRENTES	TOTAL	RECEITA/ALUNO	ANUIDADE MÉDIA
1	432.358	268.514	700.872	89,2	2
2	135.412	428.700	564.112	90,1	24
3	89.019	293.160	382.179	86,2	6
Gde. S.Paulo	145.272	393.275	538.547	89,0	32

(c) Composição Percentual

TURNOS \ DESP.	PRÉDIO	EQUIP.	CAPITAL	PESSOAL	CONSUMO	FINANC.	ENC. GER.	CORREN.
1	15,5	34,0	49,6	41,4	6,0	0,0	3,1	50,4
2	13,6	13,7	27,3	59,4	9,0	2,9	1,4	72,7
3	5,7	19,1	24,9	67,9	6,0	0,1	1,2	75,1
Gde. S.Paulo	12,3	16,0	28,3	59,8	8,2	2,2	1,5	71,7

(d) Número Médio de Alunos por Turma e por Pessoal Escolar

TURNOS	TURMA	DOC. EM EXERC.	PESS. TÉCN-PED.	PESS. ADMINIST.
1	28	23	78	69
2	24	31	370	86
3	33	24	521	87
Gde. São Paulo	27	29	387	85

(e) Taxas de Ocupação, de Demanda e de Lucro ou Prejuízo

TURNOS	% OCUPAÇÃO	% DEMANDA	% LUCRO (+) OU PREJ. (-)
1	79,4	69,0	- 24,7
2	77,9	82,4	+ 0,3
3	83,3	88,4	+ 14,7
Grande São Paulo	79,2	82,8	+ 1,5



6.4.5. O custo-aluno/ano do ensino privado e do ensino público

Não obstante as cautelas que se devem tomar com relação a comparações que se possam estabelecer entre os dados do custo-aluno/ano encontrados na presente pesquisa relativa à rede particular de ensino da Grande São Paulo e aqueles obtidos em pesquisa realizada anteriormente no sistema de ensino público estadual, apresentamos, o Quadro 6.9, que traz, um ao lado do outro, o custo-aluno/ano nesses dois sistemas de ensino. Para efeito de comparação, os dados do ensino público, que apareceram originalmente em cruzeiros de dezembro de 1980, foram corrigidos monetariamente para cruzeiros de 1984.

QUADRO 6.9. Custo-Aluno/Ano: Ensino Público e Ensino Privado

REGIÃO \ DESP.	(a) ALUNOS MATRICULADOS		(b) ALUNOS PROMOVIDOS	
	ENSINO PÚBLICO*	ENSINO PRIVADO	ENSINO PÚBLICO*	ENSINO PRIVADO
Capital	334.621	453.611	496.256	509.752
SP-Exterior	290.139	516.718	442.070	586.538
Grande São Paulo	**	477.276	**	538.547
Interior	380.914	**	613.588	**
Est. São Paulo	350.463	**	549.718	**

* Fonte: PARO, V.H. O custo do ensino público..., Quadro 6.4, p. 18-19.

** Sem informação.



ANEXO 1

RELAÇÃO DE ESCOLAS DA AMOSTRA

QUADRO 3.1. Relação de Escolas da Amostra

NÍVEIS	DRE	CAP-1	CAP-2	CAP-3	NORTE	LESTE	SUL	OESTE
PRÉ		Jardim Escola Aquarrelha Limão (2º DE) (2) 10 = 10		Parângono Escola Atualizada Perdizes (12º DE) (2) 9 = 9 Canadá Ed. Infantil Santa Cecilia (12º DE) (2) 11 = 11			E.P.F.G. Ed. Infantil São Francisco P. das Nações (Sto. André) (2º DE) (2) 11 = 11	
PRÉ/1º (4)		Externato Santa Cristina Tucuruvi (4º DE) (2) 2/4 = 6		Jardim Escola Dª Beatriz Amul Bela Vista (13º DE) (2) 6/4 = 10	Esc. de Ed. Infantil e 1º G. Cidade Maia (18 DE) (2) 2/6 = 8			
PRÉ/1º			Esc. de 1º G. Santa Maria Peri (5º DE) (2) 10/16 = 26	Externato Vereda Jardim Paulista (13º DE) (2) 4/8 = 12 Jardim Escola Uta Sto. Amaro (17º DE) (2) 6/5 = 11		Instit. Dona Palácida Moji das Cruzes (2) 6/28 = 34	Externato Oswaldo Aranha Centro (Sto. André) (1º DE) (2) 1/8 = 9	Esc. de Ed. Inf. e 1º G. Granja Viana Granja Viana (Itapevi) (2) 3/12 = 15
PRÉ/1º/2º		Col. Jardim São Paulo Jdím. São Paulo (3º DE) (2) 18/47/8 = 73		Col. São Francisco Xavier Ipiranga (15º DE) (2) 12/41/7 = 60		Col. Técnico Baçuiza Centro (Suzano) (3) 2/8/16 = 26		
PRÉ/1º/SUPL.			Externato Vicente Fiolotti V. Anicanduba (8º DE) (3) 5/24/10 = 39					
PRÉ/1º/2º/SUPL.		Esc. 1º e 2º Gr. Lúcio Carvalho Pinco Casa Verde (2º DE) (3) 7/13/5/22 = 47		Colégio Batista Brasileiro Perdizes (12º DE) (3) 24/56/24/18 = 122				
1º (4)		Esc. Adventista de Nova Cachoeirinha Jardim Centenário (2º DE) (2) 4 = 4		Esc. 1º G. Mirandópolis (15º DE) (2) 2/3 = 5				
1º (8)								Escola de 1º Grau Aquarius (Itapevi) (2) 12 = 12
1º/2º							Quilom. Escola de 1º e 2º Graus (São Caetano do Sul) (2) 14/6 = 20	
5º e 8º/2º				Col. Com. Alvaras Fontado Liberdade (15º DE) (2) 4/68 = 72				
1º/2º/SUPL.			Esc. de 1º e 2º Graus Castro Alves V. Industrial (6º DE) (3) 24/13/10 = 47	Esc. Monteiro Lobato Jabaquara (16º DE) (3) 18/8/7 = 33				
2º			Col. Cruzeiro do Sul São Miguel Paulista (5º DE) (2) 48 = 48		Colégio Ético Centro (Guarulhos) (1º DE) (1) 5 = 5		Col. Dr. Clóvis Devilaques (Sto. André) (2º DE) (2) 38 = 38	
2º/SUPL.			Col. Comercial Visconde de Cairu Belém (5º DE) (2) 33/2 = 35				Col. Técnico Rudge Ramos (SBC) (2º DE) (2) 9/12 = 21	Colégio Seta Centro - (Osasco) (4º DE) (1) 2/9 = 11

(ni) = número de turnos

ni = número de turmas por nível

|ni| = total de turmas na escola



ANEXO 2

"INSTRUMENTO DE PESQUISA 01"

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Departamento de Pesquisas Educacionais

PROJETO CAESP-142

"Estudo de Custo-Aluno das Escolas Particulares
de 1ª e 2ª Graus da Grande São Paulo"

INSTRUMENTO DE PESQUISA 01*

* Proibida a reprodução não autorizada.

1. Área total do terreno em m² _____
2. Preço atual do m² do terreno Cr\$ _____
3. Preço atual total do terreno Cr\$ _____
4. Área total construída em m² _____
(considerar todos os andares)
5. Preço atual do m² construído Cr\$ _____
6. Preço total atual da construção Cr\$ _____
7. Ano da construção do prédio _____
8. Estimativa da vida útil do prédio _____ anos
9. Gastos de manutenção do prédio nos últimos anos

	Valor Nominal	Fator de correção	Valor Corrigido
1975	Cr\$ _____	X _____	_____
1976	Cr\$ _____	X _____	_____
1977	Cr\$ _____	X _____	_____
1978	Cr\$ _____	X _____	_____
1979	Cr\$ _____	X _____	_____
1980	Cr\$ _____	X _____	_____
1981	Cr\$ _____	X _____	_____
1982	Cr\$ _____	X _____	_____
1983	Cr\$ _____	X _____	_____
1984	Cr\$ _____	X _____	_____
Média anual	Cr\$ _____	% do valor atual do prédio	_____

10. Forma de ocupação do imóvel:

- 1 () próprio
- 2 () cedido
- 3 () alugado

11. No caso de ser alugado, valor total do aluguel no ano de 1984.

Cr\$ _____ X _____ Cr\$ _____

12. Quem paga o aluguel do imóvel? _____

13. Proprietário do imóvel: _____

14. Montante de impostos e taxas relativos a terreno e prédio no ano de 1984:

Cr\$ _____

17. Dependências para recreação, lazer e esportes

ESPECIFICAÇÃO	Quantidade	Utilização*			Observações
		1	2	3	
Pátio					
Quadra esportiva (tênis, basquete, futebol de salão, vôlei, etc.)					
Campo de futebol					
Jardim					
"Play-ground"					
Salão de festas					
Piscina					
Salão de Gin.dança, etc					
.....					
.....					
.....					

* 1. Ocupação adequada; 2. Ocupada para outros fins (especificar estes fins na coluna de observações); 3. Desocupada.

18. Salas destinadas para serviços e outros

ESPECIFICAÇÃO	Quantidade	Utilização*			Observações
		1	2	3	
Biblioteca					
Cantina					
Banheiro					
Sala de Espera					
Sala de Leitura					
Auditório					
Sala de Projeção					
Centro Cívico					
Clube Literário					
.....					
.....					
.....					
.....					

* 1. Ocupação adequada; 2. Ocupada para outros fins (especificar estes fins) na coluna de observações); 3. Desocupada.

21. Salas destinadas a "despesas sociais"

ESPECIFICAÇÃO	Quantidade	Área em m ²	Utilização*			Observações
			1	2	3	
Cozinha						
Copa/Refeitório						
Dispensa						
Atendimento Médico						
Gabinete Dentário						
Dormitório						
.....						
.....						
.....						
.....						

* 1. Ocupação adequada; 2. Ocupada para outros fins (especificar estes fins na coluna de observações); 3. Desocupada.

22. Informe se a escola possui:

- rua asfaltada ou pavimentada em frente
- fossa ou esgoto sanitário
- água corrente
- luz elétrica
- hidrante ou extintor de incêndio
- telefone
- zeladoria
- fanfarra ou banda de música
- canto coral
- Associação de Pais e Mestres ou similar
- Centro Cívico, Clube Literário ou similar
- Associação de Ex-Alunos

23. Na escola, há escassez de:

- quadro negro
- giz branco
- giz de cor
- mapas
- quadros murais, quadros didáticos
- mesas para professores nas salas de aula
- carteiras para alunos
- retroprojetores e similares

- ()
- ()
- ()
- ()
- ()
- ()
- ()
- ()
- ()
- ()

24. A escola tem biblioteca?

- 1 () sim
- 2 () não

25. O responsável pela biblioteca é:

- 1 () bibliotecário ou encarregado
- 2 () um dos professores
- 3 () o diretor
- 4 () outros : _____
- 5 () ninguém

26. O uso da biblioteca é:

- 1 () muito freqüente
- 2 () razoável
- 3 () pouco freqüente
- 4 () nulo

27. Se o uso da biblioteca é pouco freqüente ou nulo, aponte o motivo principal _____

28. O acervo da biblioteca compõe-se de:

livros: _____

títulos: _____

29. Gastos de manutenção de equipamentos nos últimos anos.

	Valor Nominal	Fat. Cor.		Valor Corrigido
1980	Cr\$ _____	X _____	=	Cr\$ _____
1981	Cr\$ _____	X _____	=	Cr\$ _____
1982	Cr\$ _____	X _____	=	Cr\$ _____
1983	Cr\$ _____	X _____	=	Cr\$ _____
1984	Cr\$ _____	X _____	=	Cr\$ _____
		Total corrigido		Cr\$ _____

34. Pessoal da Escola - Gastos anuais em Cr\$

Quantidade	Salário Bruto na Folha de Pagamento	Encargos Sociais	Total
Categorias			
A. Docente em exercício (dando aulas)			
	1. Pré-primário		
	2. 1º grau: 1ª à 4ª série		
	3. 1º grau: 5ª à 8ª série		
	4. 2º grau		
	5. Educação especial		
	6. Supletivo de 1º grau		
	7. Supletivo de 2º grau		
	Total		
B. Em função técnico-pedagógica (Orient. Educ., Coord. Pedag., psicólogo, etc.)			
	1. Pré		
	2. 1º grau		
	3. 2º grau		
	Total		
C. Em função Administrativa			
	1. Cargos gerais (direção, secretaria etc.)		
	2. Funç. subalt. (insp. al., port., serv., zel. etc) ..		
	Total		
D. No atendimento "social"			
	1. Alimentação		
	2. Assist. Médica		
	3. Assist. Odontológica		
	4. Transporte		
	Total		
E. Afastado*			
	Total		

* Pessoal lotado e recebendo na escola, mas que não exerce, no momento, atividades na própria escola (licenciados, afastados a serviço em outro local etc.)

35. Gastos em materiais de consumo em geral (materiais de limpeza e conservação, materiais escolares, serviços de terceiros, gastos usuais de operação da escola) no ano de 1984 Cr\$ _____ X _____ = Cr\$ _____

36. Gastos em serviços de utilidade pública, no ano de 1984

	Anual	Fator de Correção	Anual Corrigido
Água e esgoto	Cr\$ _____	_____	Cr\$ _____
Eletricidade	Cr\$ _____	_____	Cr\$ _____
Gás	Cr\$ _____	_____	Cr\$ _____
Telefone	Cr\$ _____	_____	Cr\$ _____
.....	Cr\$ _____	_____	Cr\$ _____
.....	Cr\$ _____	_____	Cr\$ _____
Total Anual			Cr\$ _____

37. Despesas efetuadas em 1984 com material didático

fornecido aos alunos Cr\$ _____
 % de alunos que receberam gratuitamente

38. Outros gastos efetuados pela escola em 1984:

	Valor Nominal	Valor Corrigido
A. Publicidade		
B. Despesas Financeiras		
C. Outros impostos, taxas etc.		
D.		
E.		

39. DESPESAS SOCIAIS de consumo, em 1984:

ESPECIFICAÇÃO	Despesas em Cr\$	% de al. que rec. gratuit.
Alimentação		
Assistência Médica		
Assistência Odontológica		
Uniforme		
Transporte		
.....		
Total		

40. A respeito de bolsas de estudo, no ano de 1984, informe:

	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Bolsas de estudos gratuitas			
Bolsas de estudo restituíveis			
Total			

.. Informações a respeito do pagamento do ensino pelo aluno.

A. 1º SEMESTRE de 1984:

NÍVEIS DE ENSINO	Taxa de Matrícula	Parcelas		Taxa de Material	Taxa Escolar	TOTAL	TOTAL CORRIGIDO
		Vir. Unitário	Vir. Total				
• Pré-primário							
• 1º Grau: 1ª à 4ª série							
• 1º Grau: 5ª à 8ª série							
• 2º grau							
• Educação Especial							
• Supletivo de 1º Grau							
• Supletivo de 2º Grau							

B. 2º SEMESTRE de 1984:

NÍVEIS DE ENSINO	Taxa de Matrícula	Parcelas		Taxa de Material	Taxa Escolar	TOTAL	TOTAL CORRIGIDO
		Vir. Unitário	Vir. Total				
• Pré-primário							
• 1º Grau: 1ª à 4ª série							
• 1º Grau: 5ª à 8ª série							
• 2º grau							
• Educação Especial							
• Supletivo de 1º Grau							
• Supletivo de 2º Grau							

2. Receita da escola, em 1984, advinda do pagamento do ensino pelos alunos.

A. 1º SEMESTRE de 1984:

NÍVEIS DE ENSINO	Taxa de Matrícula	"Semestralidade"	Taxa de Material	Taxa Escolar	Outros	TOTAL	TOTAL CORRIGIDO
1. Pré-primário							
2. 1º Grau: 1ª à 4ª série ..							
3. 1º Grau: 5ª à 8ª série ..							
4. 2º Grau							
5. Educação Especial							
6. Supletivo de 1º Grau							
7. Supletivo de 2º Grau							
Totais							

B. 2º SEMESTRE de 1984:

NÍVEIS DE ENSINO	Taxa de Matrícula	"Semestralidade"	Taxa de Material	Taxa Escolar	Outros	TOTAL	TOTAL CORRIGIDO
1. Pré-primário							
2. 1º Grau: 1ª à 4ª série ..							
3. 1º Grau: 5ª à 8ª série ..							
4. 2º Grau							
5. Educação Especial							
6. Supletivo de 1º Grau							
7. Supletivo de 2º Grau							
Totais							

43. Informe o montante das receitas vinculadas às rubricas abaixo, segundo suas fontes, no ano de 1984.

	Fonte A	Fonte B	Fonte C	Fonte D	Fonte E	Total
Imóvel Escolar						
Equipamentos						
Pessoal docente						
Pessoal não-docente						
Materiais de consumo						
Serviço de Utilidade Pública						
Alimentação						
Assistência Médica						
Assistência Odontológica						
Uniforme						
Transporte						
Material didático						
Bolsas de Estudo						
Total						
Fontes: A:						
B:						
C:						
D:						
E:						

44. Informe o montante das receitas não vinculadas, segundo suas fontes, no ano de 1984.

FONTES	VALOR NOMINAL	VALOR CORRIGIDO
A. Pagamento do ensino pelos alunos		
B. Associação de Pais e Mestres		
C. Venda de produtos da escola		
D. Secretaria de Educação do Estado		
E. Ministério da Educação e Cultura		
F. Prefeitura Municipal		
G. Restituição de Bolsas		
H. Subvenção de Bolsas		
I. Receitas Financeiras		
TOTAL		

45. Taxa de contribuição da APM, paga pelo aluno em 1984:

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

46. Receita e despesa totais da APM em 1984.

	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE		
a) Receita				
b) Despesa				

47. Indique com um X os casos em que a escola realiza exames vestibulares para admissão de alunos novos em seus cursos:

- a) Pré-Primário ()
 b) 1ª série do 1º Grau ()
 c) 5ª série do 1º Grau ()
 d) 1ª série do 2º Grau ()

Observações: _____

48. Quais os outros requisitos exigidos pela escola para ingresso em seus cursos?

49. Informe, a seguir, o número de vagas e de candidatos apresentados em 1984.

CURSOS	Nº DE VAGAS	Nº DE CANDIDATOS
Pré-Primário		
1º grau: 1ª à 4ª série		
1º grau: 5ª à 8ª série		
2º grau		
Supletivo de 1º grau		
Supletivo de 2º grau		
Total		

Observações:

3. Situação discente, por nível e por série, em 1984

Nível/Série	Nº de turmas			Nº de alunos Matriculados			Nº de alunos Promovidos			Nº de alunos Reprovados			Nº de alunos Evadidos			Transf.	
	M	T	TOT	M	T	TOT	M	T	TOT	M	T	TOT	M	T	TOT	Exp.	Rec.
re-escola																	
1º Grau: 1ª série																	
2ª série																	
3ª série																	
4ª série																	
5ª série																	
6ª série																	
7ª série																	
8ª série																	
Total 1º Grau																	
2º Grau: 1ª série																	
2ª série																	
3ª série																	
4ª série																	
Total 2º Grau																	
Educação Especial																	
Ens. Sup: 1º Grau																	
2º Grau																	
Total Supletivo																	
Total Geral																	



ANEXO 3

GUIA PARA PREENCHIMENTO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA 01

PROJETO CAESP-142: "Estudo de Custo/Aluno das Escolas Particulares
de 1ª e 2ª Graus da Grande São Paulo"

Guia Para Preenchimento do Instrumento de Pesquisa 01

I. OBSERVAÇÕES GERAIS

- 1) Preencher tudo a lâpis
- 2) Levar para a entrevista: - Carteira de Identidade, Credencial e Carta de Apresentação;
- lâpis, apontador, borracha, papel para rascunho e calculadora.
- 3) Identificar o Questionário com o número constante na Relação de Escolas da Amostra. Conferir, na Escola, o nº do telefone.
- 4) Informar à pessoa que presta as informações que a execução do Projeto é da exclusiva responsabilidade da Fundação Carlos Chagas, sendo os dados utilizados com fim único de pesquisa e tratados com absoluto sigilo e impessoalidade.
- 5) Nas questões que pedirem estimativa ou percentagem, auxiliar o entrevistado nos cálculos, procurando obter o dado mais aproximado possível.
- 6) Anotar, na última página do Questionário, se a escola é considerada, juridicamente, como de fins não lucrativos.

II. OBSERVAÇÕES A RESPEITO DO QUESTIONÁRIO

- 2, 3, 5 e 6. "atual": preço médio em 1984. Esta informação será colhida por outras fontes.
- 9 e 29. informar apenas os últimos anos disponíveis.
- 30, 31, 32 e 33. "data da compra mais recente": mês e/ou ano, conforme a informação disponível.
34. "Salário Bruto na Folha de Pagamento": apenas o montante arcado pela escola. Sem, portanto, acréscimos (sal. família etc.) nem descontos (IAPAS, Imp. Sindical etc.).
 - . "C: (...) direção": no caso dos proprietários da escola, incluir no item apenas o que se refere a "pro labore" e não a "lucro".
 - . procurar obter, informalmente, informações a respeito do pagamento, à parte, para professores e funcionários.
38. "B. Despesas Financeiras": juros, correção monetária etc.
- 41 e 42. "Taxa de Matrícula": somente a referente a 1984, mesmo que tenha sido paga no ano anterior.
 - . "Taxa Escolar": refere-se à remuneração de serviços extraordinários (atividades extra-curriculares optativas, segunda chamada de provas, estudos de recuperação etc.), pagos à parte pelos alunos.

*** **



ANEXO 4

**CARTA ÀS ESCOLAS DA AMOSTRA, ENVIADA PELO
SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO
ESTADO DE SÃO PAULO**



SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 12 de abril de 1.985.

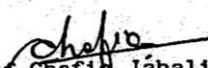
Senhor(a) Diretor(a):

A Fundação Carlos Chagas, por seu Departamento de Pesquisas Educacionais, está realizando pesquisa para determinar o custo/aluno nas escolas particulares de 1ª e 2ª Graus da Região Metropolitana da Grande São Paulo, contando com o apoio deste Sindicato.

Trata-se de estudo de fundamental importância para o estabelecimento de informações precisas a respeito da natureza e magnitude das despesas que envolvem o ensino em nossas unidades escolares. Somente a partir de dados objetivos, as decisões que envolvem os custos do ensino particular podem sair do campo das meras conjeturas e especulações, para se firmarem num conhecimento seguro da realidade.

Em vista disso, solicito de Vossa Senhoria todo o empenho do fornecimento dos dados que forem solicitando, com esse propósito, por pessoal devidamente credenciado pelo Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

Atenciosamente


Prof. Charis Jábali
Presidente



ANEXO 5

CARTA ÀS ESCOLAS DA AMOSTRA, ENVIADA PELA
COORDENAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA



FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Ref. 0819

18 de maio de 1985

Senhor Diretor:

Este Departamento de Pesquisas Educacionais está executando o Projeto de Pesquisa "Estudo de Custo-Aluno nas Escolas Particulares de 1ª e 2ª Graus da Grande São Paulo".

Esta escola, como componente da amostra sorteada para estudo, receberá, em breve, a visita de um auxiliar de pesquisas, credenciado por este Departamento, para coletar os dados necessários à execução do Projeto em pauta.

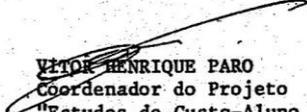
Este Projeto constitui-se no primeiro esforço de dimensionar da forma mais rigorosa possível, o custo educacional da rede privada de ensino na Região Metropolitana da Grande São Paulo. Para tanto, é de fundamental importância o zelo e a atenção com que são coletados os dados nas unidades escolares.

Embora o presente Projeto conte com o apoio do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial do Estado de São Paulo, sua execução está ao encargo exclusivo do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas que assume a total responsabilidade pelo absoluto sigilo e impessoalidade no tratamento dos dados coletados.

Em virtude da grande quantidade de dados a serem colhidos em cada escola e o rigor com que a coleta deve pautar-se, é que nos dirigimos a Vossa Senhoria para solicitar sua indispensável colaboração no fornecimento das informações de que necessitamos. Em vista disso, agradecemos toda a atenção que Vossa Senhoria puder dispensar ao nosso auxiliar de pesquisas que, devidamente credenciado, deverá visitá-lo dentro das próximas semanas.

Colocando-nos à inteira disposição de Vossa Senhoria para quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários, somos

Atenciosamente.


VITOR HENRIQUE PARO
Coordenador do Projeto
"Estudos de Custo-Aluno nas Escolas Particulares
de 1ª e 2ª Graus da Grande São Paulo"